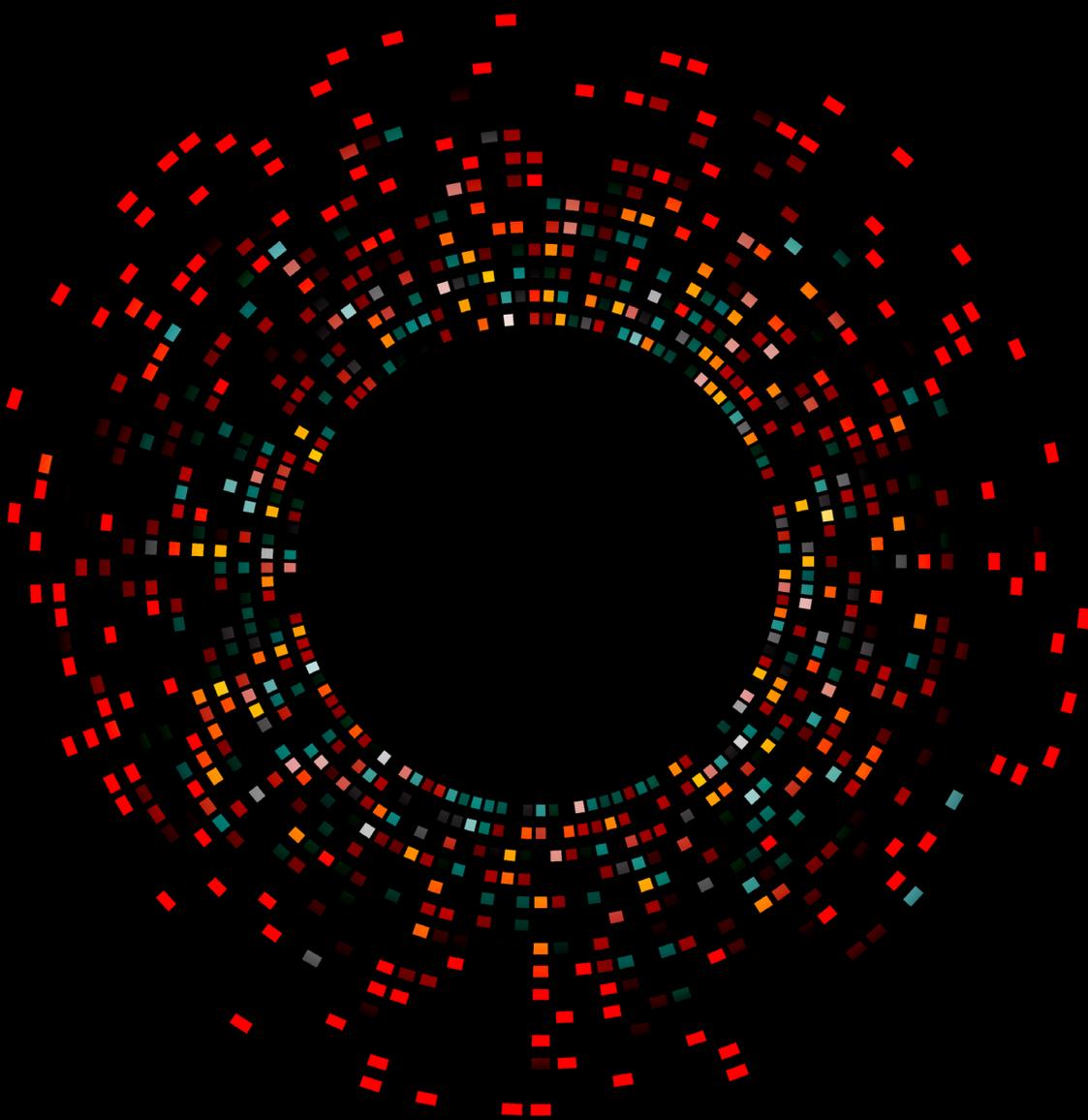


Deloitte.



**Nova era,
novos caminhos**
O desenvolvimento do
sector financeiro

**Banca em
análise**



É com enorme prazer que a Deloitte apresenta a 12ª edição do estudo Banca em Análise.

O trabalho desenvolvido representa uma iniciativa de referência da Deloitte, em Angola, um mercado onde temos assistido nos últimos anos a um progressivo desenvolvimento da actividade financeiras.

O sistema financeiro assume um papel de destaque na economia angolana, funcionando como um motor para o desenvolvimento do país, bem como um forte aliado do progresso tecnológico e da inclusão social. É desta forma nosso objectivo apresentar aos principais agentes deste sector, informação que permita fazer um balanço do passado e projectar o futuro.

Apesar de em 2016 se ter assistido a uma evolução positiva de alguns indicadores macroeconómicos mundiais, a redução sentida nos preços do petróleo continua a marcar o contexto económico angolano. O novo Executivo terá pela frente, também, o desafio de continuar a promover a diversificação da economia, no qual o sector bancário desempenha um papel fundamental.

Assistimos em 2016 a uma trajectória positiva do sector, sendo de destacar o aumento global da margem financeira e dos resultados líquidos.

De forma complementar aos números do sector, é relevante destacar o processo de adopção das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro. Este processo deverá permitir, no futuro, uma maior comparabilidade entre as demonstrações financeiras das instituições, bem como o incremento de relatórios de acompanhamento dos principais riscos da actividade bancária e dos requisitos de fundos próprios.

Como sinal da evolução do sector financeiro, sublinho o Índice da Qualidade dos Produtos e Serviços Bancários, desenvolvido pelo Banco Nacional de Angola. Este índice pretende assumir-se como um relevante instrumento de recolha de informação sobre as necessidades e grau de satisfação dos Clientes, que potencia a qualidade dos serviços disponibilizados.

Tal como nas edições anteriores, voltamos a contar com o valioso contributo dos líderes da banca, que fazem um balanço sobre o ano que decorreu e partilham a suas expectativas e desafios para o futuro do sector e para as instituições que lideram.

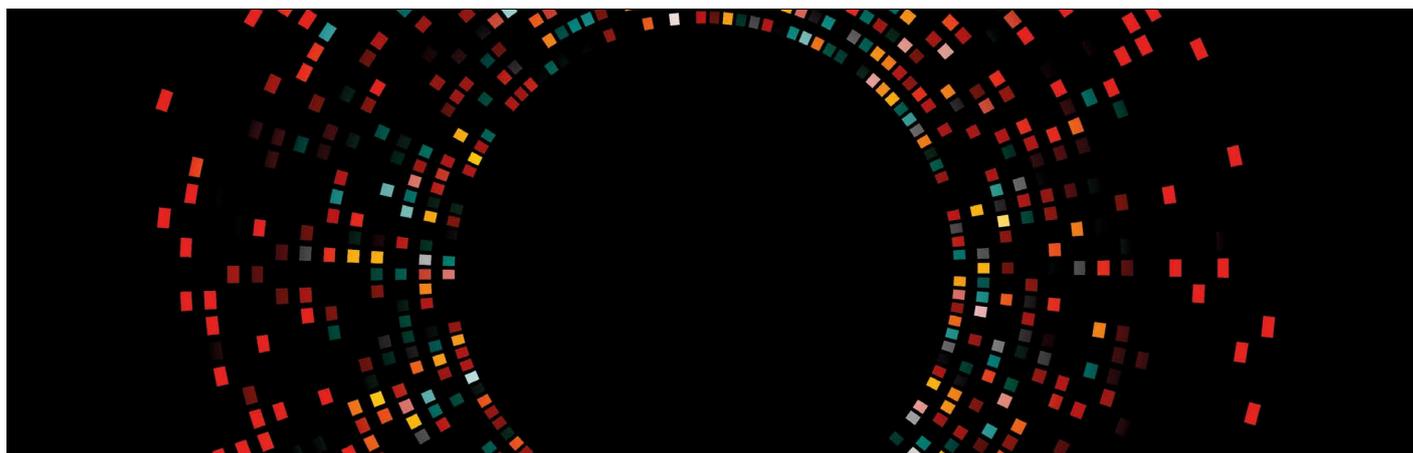
É nossa convicção que a informação apresentada neste estudo indicia o esforço feito por todos os agentes do sector financeiro. Fornece também tópicos para reflexão que poderão contribuir para atingir o objectivo que nos une a todos, o desenvolvimento sustentado de Angola e da sua população.

Duarte Galhardas

Country Managing Partner
Deloitte Angola

Nesta edição

Banca em Análise 2017



4

Entrevista ABANC

44

Enquadramento
macroeconómico

6

Entrevista EMIS

52

Enquadramento económico
angolano

8

Entrevistas a líderes
do sector bancário

60

Estudo da Banca
em Análise 2017

79

Demonstrações
financeiras

ABANC

Aumentar a capacidade do sistema bancário



Amílcar Azevedo da Silva

Presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC)

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da ABANC?

Os últimos 12 meses, em pleno agudizar da profunda crise que tem assolado o país, destaco como preocupações da nossa actividade o relacionamento com o BNA e a AGT no que toca à nova regulamentação e normativos de serviço, no âmbito do *compliance*, bem como no acompanhamento da implementação do projecto IAS/IFRS, onde estamos a conseguir registar avanços muito animadores, e da legislação relativa ao FATCA, muito intensa e complexa. A nossa preocupação incidu, sobretudo, no aumento da capacidade de todo o sistema bancário em gerir estas matérias.

Qual a estratégia de actuação definida pela ABANC perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Não podemos ter, propriamente, uma estratégia, dado que o actual contexto não se ajusta àquilo que são as nossas funções. Compete mais aos bancos, que são muitos e com tipos de negócios diversificados. No entanto, estamos preparados para intervir sempre que seja necessário, representando o sistema bancário, promovendo acções que permitam exprimir as suas preocupações com o órgão de tutela.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Temos uma nova governação que vai, certamente, trazer mudança, às quais teremos de nos ajustar, modelando as nossas prioridades, pelo que teremos ainda de aguardar. No entanto, há projectos que temos de continuar a implementar e que estão a cargo dos nossos grupos de trabalho: *compliance*, IAS/IFRS, gestão de riscos, entre outros, assim como alguns virados para o exterior, mais informativos e formativos, que podem contribuir para transmitir outra confiança.

Qual considera ser o papel da ABANC na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A ABANC mantém um elevado relacionamento com as confederações empresariais existentes e outras associações do género e integra o Conselho Nacional de Concertação Social e o Conselho Consultivo do BNA e, em representação do sistema bancário, irá prosseguir a sua actividade que tende a levar os bancos a ser o motor do crescimento e desenvolvimento económico.

Paralelamente, como já salientámos, vamos incrementar a nossa acção no domínio da inclusão financeira do tecido empresarial, que visa aumentar a qualidade da clientela, facto que se traduzirá num melhor conhecimento das empresas sobre aquilo que o sistema bancário tem à disposição dos clientes, como lá chegar de forma segura e as responsabilidades das empresas quando assumem compromissos.

Quais são as principais tendências do sector para 2018?

O crédito é a base do negócio dos bancos. Traz crescimento, emprego, aumento do consumo, gera diversidade económica, cria riqueza, proporciona qualidade de vida e ajuda a combater assimetrias. Por isso, pensamos ser importante dar muita atenção aos programas para a diversificação que também são prioritários na obtenção de divisas. Noutra vertente, o cliente particular proporciona equilíbrios no negócio e gera resultados, por isso, deve ser estimulado. Devem ser tidos cuidados na gestão de liquidez interna e externa. Os recursos que são baixos, “considerando os nossos hábitos”, obrigam à racionalização.

EMIS

Crescer com segurança e qualidade



José Matos

Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da EMIS?

Nos últimos 12 meses destacamos o facto de, num contexto económico muito difícil, a EMIS ter conseguido manter os seus serviços num nível de qualidade satisfatório e ter crescido mesmo assim 17%.

Neste período, realçamos o contributo na simplificação dos pagamentos do Estado (salários da função pública e pagamentos a agentes económicos) e na desmaterialização dos pagamentos ao Estado (impostos e taxas).

Destacamos ainda o avanço no projecto de migração do cartão MULTICAIXA para a norma EMV (cartão com *chip*), cujo início do processo está previsto para o início de 2018. Trata-se de um projecto muito importante na prevenção de fraude com cartões.

Qual a estratégia de actuação definida pela EMIS perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

A EMIS não é excepção e, por isso, também sente os efeitos do condicionamento cambial que afectam a economia angolana. Qualquer empresa com dependência do exterior, seja na importação de matérias-primas ou de tecnologia, como é o nosso caso, tem a sua actividade condicionada pelo orçamento cambial. Por isso, a nossa primeira prioridade tem estado centrada em projectos essenciais para a manutenção dos níveis de serviço, o reforço da resiliência, a mitigação de riscos e a optimização e redução de custos em moeda externa.

Quais as principais metas e objectivos da instituição para 2018?

Em 2018 a nossa principal prioridade, como já dissemos, é manter os níveis de serviço a que já habituamos as nossas populações e isso passa pelo reforço permanente da resiliência dos nossos sistemas e serviços. A nossa linha mestra de orientação é “Crescer com Segurança e Qualidade”.

No triénio 2012-2014, o movimento transaccional da rede duplicou e espera-se que, no período de cinco anos, de 2015 a 2019, o movimento transaccional volte a duplicar. Nesse sentido, estimamos que em 2022 o movimento transaccional na rede atinja as 700 milhões de transacções financeiras (mil milhões de transacções técnicas) com picos de 100 transacções por segundo. Portanto, a principal prioridade é preparar o sistema MULTICAIXA para estes volumes de tráfego, com segurança e qualidade. A EMIS é um operador sistémico, daí darmos tanta importância à resiliência. Nesse sentido, um dos principais projectos que vamos iniciar em 2018 é a evolução do actual modelo de continuidade de negócio baseado na recuperação para um modelo baseado na continuidade de serviço. Para isso, vamos fazer evoluir o sistema para um modelo activo-activo de alta disponibilidade, de modo a garantir que mesmo em caso de desastre num dos centros de autorização continue a ser prestado um serviço mínimo. Em 2018, contamos concretizar dois projectos com muito significado: o levantamento em ATM sem cartão e o MULTICAIXA EXPRESS, um wallet interbancário. Contamos também operacionalizar o Sistema de Débitos Directos (SDD), um serviço muito importante para a consolidação e maturação da bancarização.

Qual considera ser o papel da EMIS na dinamização do sector bancário e da economia angolana?

Em linha com a sua missão central, a EMIS continuará a focar as atenções na massificação do pagamento electrónico, ou seja, na coordenação de um conjunto de incentivos que levem ao crescimento acelerado e sustentado do pagamento electrónico, visando reduzir a utilização de moeda física.

Portanto, a EMIS pretende ser um facilitador de pagamentos. Ninguém consegue imaginar uma economia moderna sem um sistema que facilite a transferência rápida e segura de recursos entre os agentes económicos.

A rapidez e a segurança dos pagamentos entre agentes económicos é um dos principais factores de sucesso para o desenvolvimento da economia, na medida em que reduz custos de transacção, perdas de tempo e incertezas.

A EMIS desempenha assim um papel primordial, que é o de *pivot* do sistema de pagamentos, mas também de locomotriz, conferindo a tracção necessária ao progresso nos sistemas de pagamentos.

Quais são as principais tendências de utilização de produtos e serviços para 2018?

As duas modalidades mais significativas vão continuar a ser o levantamento em ATM e as compras em TPA. Estimamos que, em 2018, o volume de pagamentos em estabelecimentos por meio de TPA suplante já o valor levantado em ATM (cerca de 1,8 biliões de Kz). Isto porque o crescimento transaccional em TPA continuará a ser 2,5 vezes superior ao crescimento transaccional em ATM.

Em 2018, vamos continuar a ter uma forte procura pelas transferências em ATM, cujo crescimento anual estimamos que fique acima de 50%. A apetência para este serviço tem a ver com a crescente dificuldade do cliente bancário em utilizar outros canais para transferir dinheiro, sendo o canal MCX o verdadeiro canal de recurso, não só para particulares como empresas.

O volume de transferências em ATM (com um limite diário de 2 milhões de Kz) suplantou em Agosto de 2017 o montante de 100 mil milhões de Kz.

Acreditamos que, em 2018, vamos começar a ver algum incremento nas operações de pagamentos no telemóvel e essa será a tendência para os anos vindouros.

Banco BAI Micro Finanças

Inclusão financeira, um dos pilares da responsabilidade social dos bancos



Hélder Aguiar

Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Nos últimos 12 meses, os principais aspectos que gostaria de destacar são: a reestruturação do banco; a implementação de um modelo de gestão adequado às microfinanças; a modernização dos instrumentos e sistemas de apoio à gestão integrada dos processos operacionais e de negócio. O banco conseguiu inverter a tendência negativa dos principais indicadores de desempenho.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O banco vai apostar na capacitação dos seus técnicos para conhecer melhor o segmento de negócio de microfinanças; prestar um serviço à medida das necessidades dos seus clientes; apostar na economia kwanza e tornar marginal o negócio cambial.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

As principais metas e objectivos são: retomar a concessão de microcrédito; diversificar os canais de distribuição – correspondente bancário e dinheiro electrónico; expandir os serviços disponíveis na rede Multicaixa; adequar os sistemas de informação às microfinanças.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A banca deve continuar a ser um pilar do sector económico em Angola. Mais do que financiadora, deve ter a visão helicóptero dos projectos desenvolvidos no país, deve ser a promotora da criação de sinergias entre projectos.

A inclusão financeira deve fazer parte da responsabilidade social dos bancos, uma vez que este ainda é um país de grandes assimetrias sociais.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

As principais tendências da banca angolana são: a consolidação dos canais electrónicos; a evolução para a banca digital; o maior entendimento do sector produtivo da nossa economia.



Banco BIC

Estimular a diversificação da economia angolana



Fernando Teles

Presidente do Conselho
de Administração

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Apesar do contexto económico difícil, o Banco BIC mantém o seu compromisso com os clientes e com o país, procurando incentivar e potenciar o investimento privado nacional, sobretudo ao nível das províncias, a concessão de crédito aos sectores primário e secundário, através de programas como o BIC Agro e Angola Investe, essenciais para a promoção da diversificação da economia nacional, diminuindo a necessidade de importações e promovendo a criação de emprego. Por outro lado, ampliamos a oferta comercial, disponibilizando novos produtos com taxas mais atractivas e produtos com cobertura cambial, procurando adequar e apresentar as melhores soluções, com uma política de proximidade e foco no acompanhamento dos nossos clientes. Adicionalmente, o banco tem vindo a reforçar o seu investimento associado às áreas de controlo interno, risco e de *compliance*, enquadrando os novos requisitos regulamentares, com o objectivo de tornar o Banco BIC numa referência nestes domínios no sistema bancário nacional, em linha com as melhores práticas internacionais.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O Banco BIC tem procurado diversificar progressivamente a sua carteira de crédito, mantendo o contínuo apoio nos sectores que são a base da economia, com uma atitude proactiva no que concerne à disponibilização de financiamentos aos investimentos privados e públicos. Apesar do actual contexto da economia angolana condicionar o desempenho do sistema financeiro, o banco tem procurado responder às necessidades dos clientes continuando a ser o banco privado com maior representatividade em termos de agências no território angolano. Relativamente ao contexto cambial, o papel do banco acaba por ser reduzido face aos procedimentos actualmente em vigor, que passam sobretudo por vendas direccionadas. Não obstante a este contexto e conforme já referi, reforço que continuamos a apostar em projectos do sector primário nomeadamente agrícola, que acreditamos vir a ser no futuro uma importante fonte de receitas de divisas, por via não só das exportações como da redução das necessidades de importações de bens essenciais.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Temos como objectivos estratégicos consolidar a nossa carteira de clientes, melhorar continuamente a relação com o mercado e reforçar a nossa posição como banco privado com a maior rede comercial em Angola, permitindo um atendimento diversificado e próximo dos clientes. Neste âmbito, pretendemos posicionar-nos cada vez mais como o parceiro privilegiado de negócios para o tecido empresarial angolano, dentro e fora do país. O rumo do crescimento leva-nos igualmente a novas perspectivas de negócio, apostando na expansão local, nomeadamente com o crescimento da seguradora BIC Seguros e da actividade de gestão de fundos de investimento. A nível internacional, queremos manter a dinâmica de crescimento para novos mercados e solidificar o bom relacionamento com a banca internacional.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

Conforme tenho referido em diversos momentos, o principal papel da banca na dinamização da economia passa sobretudo pelo apoio aos empresários através da concessão de créditos a projectos bem estruturados e, por isso, com valor acrescentado para a economia nacional. No Banco BIC temos procurado dar relevância a projectos agrícolas e pecuários como forma de estimular a tão necessária diversificação da economia angolana.

Ainda no caso particular do Banco BIC, a dimensão da rede comercial existente com uma cobertura de 226 balcões em todo o território nacional, estando já prevista a abertura de novas agência ainda durante o corrente ano, é o melhor exemplo de como um banco pode contribuir para a inclusão financeira do tecido empresarial.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Julgo que apesar do mercado ainda não estar preparado para esse salto, a banca angolana tem vindo a aumentar o investimento ao nível das novas tecnologias de infra-estruturas e comunicação, potenciando assim a evolução da banca digital. Também o tema das crescentes alterações regulamentares vai obrigar, cada vez mais, a banca a reforçar e desenvolver metodologias de gestão de risco, particularmente no que se refere ao acompanhamento e recuperação de crédito.

Banco Caixa Geral Angola

Foco na eficiência e no serviço ao cliente



Fernando Marques Pereira
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Dos últimos doze meses, gostaria de realçar quatro aspectos que reputo de essenciais. O primeiro tem a ver com os resultados atingidos em 2016, que foram os mais elevados de sempre do Caixa Angola e que voltaram a colocar o nosso banco como o 5º mais rentável do sistema financeiro angolano. Este resultado foi fruto da confiança dos nossos clientes, mas também de uma estratégia de forte contenção de custos, sendo este o segundo aspecto a realçar. Efectivamente, desde que se iniciou a crise, em meados de 2014, que o Caixa Angola tem seguido uma política de optimização da sua rede comercial, estabilidade do seu quadro de pessoal e implementação de políticas de racionalização de custos. Deste modo, foi possível o banco manter um rácio de *cost-to-income* inferior a 40%, garantindo um lugar cimeiro no *ranking* dos bancos mais eficientes.

Em terceiro lugar, continuámos a alargar a nossa oferta de meios de pagamento, com o lançamento dos cartões pré-pagos Multicaixa e Visa (cartão CUIA), e a melhorar os serviços de atendimento presencial e através da banca electrónica. Gostaria de realçar também a realização da 2ª edição do festival de fado Caixa Luanda, que repetiu o sucesso da primeira, impondo a continuidade da iniciativa que já se assume como um marco na vida cultural da cidade de Luanda.

Por último, tenho de assinalar todas as iniciativas tomadas e os projectos concretizados que permitiram que o banco cumprisse todas as novas exigências corporativas, regulamentares e de supervisão.

Relembro que em Março de 2014 o BNA anunciou o processo para adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro ("IAS/IFRS") a partir do exercício de 2016, pelo que as contas de 2016 foram já apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, tendo sido também preparadas e entregues ao BNA demonstrações financeiras comparativas com referência a Dezembro de 2015.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O contexto económico e cambial é muito desafiador, pois as expectativas de diferentes entidades supranacionais (como é o caso do FMI) apontam para um crescimento do PIB inferior a 2% para os próximos anos. Esta análise é suportada em expectativas da estabilidade dos preços do petróleo nos actuais níveis, significando também menores expectativas quanto ao acesso a grandes disponibilidades em moeda estrangeira. O banco procurou assim objectivar quais os sectores da economia com potencial de desenvolvimento numa situação de conjuntura mais deprimida e, dentro desses sectores, quais os agentes económicos onde era possível o banco aumentar a sua presença, quer na captação de recursos quer na exposição ao crédito e aqueles em que a exposição deveria ser mantida ou mesmo reduzida.

Ao mesmo tempo, foram delineadas medidas de actuação prematura e preventiva sobre indícios de fragilidade na carteira de crédito e reforçada a intervenção da área de recuperação de crédito, procurando salvaguardar a manutenção do nível de imparidade dentro dos parâmetros orçamentados. Conscientes de que a conjuntura descrita impõe uma maior aposta na qualidade do serviço prestado ao cliente, foi concretizada uma aposta em projectos de automatização de procedimentos, que garante mais rapidez na execução das operações e maior capacidade de crescimento sem reforço do quadro de pessoal.

Foi também prosseguido um processo de melhoria contínua dos procedimentos de tratamento das operações cambiais, que visa uma venda assertiva da moeda aos sectores e operações prioritários, preservando a posição e exposição cambial do Banco.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Os desafios para o período do actual Plano Estratégico, 2015-2018, são continuar a consolidar o Caixa Angola como um Banco de Empresas e “Affluent” com níveis de serviço de excelência, alicerçado em colaboradores motivados, dinamismo comercial, elevados padrões de gestão corporativa e controlo interno, estrutura organizativa e de meios que permitam um elevado nível de eficiência e de serviço ao cliente.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A banca desempenha hoje um papel crucial na dinamização da economia, estando a financiar muitos dos grandes projectos empresariais em curso. Este ano, o peso da banca nacional saiu reforçado pela menor capacidade de endividamento exterior do país.

Gostaria de realçar que o aumento do financiamento interno ao Orçamento Geral do Estado e a algumas grandes obras públicas coloca em forte pressão o crédito à economia, pois o aumento da procura de crédito por parte do Estado contribui para a maior pressão sobre a liquidez do sistema e sobre as taxas de juro, tornando inegáveis para financiamento bancário muitos projectos empresariais privados.

Apesar do constrangimento acima assinalado, podemos afirmar com orgulho que os empresários têm à sua disposição uma rede bancária e uma oferta de serviços de padrão internacional que muito tem contribuído para o aumento da inclusão e literacia financeira do tecido empresarial.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

No próximo ano, creio que serão visíveis cinco grandes tendências na banca angolana, nomeadamente: (i) continuação da reestruturação da banca pública com a eventual tentativa de privatização de uma parte da mesma por parte do governo; (ii) aumento da quota dos dez primeiros bancos em activos, retirando margem de manobra aos bancos de menor dimensão, que certamente procurarão entrar em processo de consolidação; (iii) pressão sobre a liquidez, em especial da moeda estrangeira, que levará a pressões sobre a margem financeira e ao aumento dos pendentes de pagamento ao exterior; (iv) reforço das imparidades da carteira de crédito em resultado do baixo crescimento da economia, que poderá assumir um peso adicional nos bancos onde persistir alguma falta de qualidade na base de dados, em especial dos colaterais de crédito, face às maiores exigências da regulação com entrada em vigor de um novo modelo de mensuração das perdas por imparidade com base em perdas esperadas (IFRS9); (v) iniciativas de partilha de custos entre bancos, onde pode ser um exemplo o tratamento e transporte de valores.

Banco Comercial Angolano

Reforço de uma cultura de maior eficiência, menor risco e maior rentabilidade



Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

As nossas equipas estiveram muito focadas na implementação do novo pacote regulamentar do BNA. Trata-se de um conjunto alargado de reportes, com informação adicional, maior grau de exigência e detalhe, que cobre os domínios do Risco de Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Taxa de juro, entre outros. Mereceu igualmente destaque a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), concluída com êxito, bem como o contínuo alargamento da nossa rede de balcões, num total de 14 novos pontos de venda, e o progresso assinalável na instalação da base tecnológica, que irá permitir uma adequada monitorização das transacções.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Uma estratégia assente na simplificação dos processos, orientada para o reforço de uma cultura de melhor eficiência, menor risco, maior rentabilidade, maior rigor na selecção das oportunidades de crédito, numa lógica de pesca à linha. Por outro lado, queremos encarar o micro crédito como uma oportunidade de contribuir para uma maior inclusão financeira da população de baixa renda, com realce para a mulher rural, que tem uma cultura vincada de honrar os seus compromissos, contribuindo igualmente para uma maior dispersão do risco de crédito. Queremos ainda diversificar a componente de prestação de serviços e a margem complementar, como forma de aumentar os proveitos do banco, para compensar em parte a redução significativa das comissões com operações cambiais.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

As principais metas e objectivos são: melhorar significativamente a quota de mercado por via do aumento do Capital Social, com vista a alavancar os indicadores de crescimento e dimensão; dinamizar a componente digital do nosso negócio para impulsionar o crescimento, a rentabilidade e a sua sustentabilidade; continuar a promover e a encorajar a capacitação dos nossos colaboradores; alterar o paradigma do funcionamento das equipas, promovendo o conceito de "Membership", com vista à obtenção de equipas alinhadas com os nossos objectivos, regras, benefícios, com a confiança, as competências e motivações, ou seja, constituindo grupos solidários focados na implementação da excelência.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

O papel da banca tem sido decisivo no financiamento da economia. Tendo presente as suas funções basilares, captação de depósitos e concessão de crédito, a parcela canalizada para as empresas e famílias é relevante, não apenas pela rendibilidade que estas operações proporcionam, mas também pelo impacto económico positivo das actividades financiadas no país, nomeadamente no crescimento económico, geração de emprego, pagamento de impostos, entre outros. Importa contudo ter presente que a banca, de uma maneira geral, gere

passivos de curto prazo, pelo que os bancos ao procurarem adequar as maturidades de activos e passivos, experimentam limitações na concessão de créditos com prazos muito longos. Seria desejável que o mercado de capitais, enquanto forma complementar de financiamento da economia, já se encontrasse num estágio de estruturação e funcionamento mais avançado, o que proporcionaria formas de financiamento de médio e longo prazo às empresas, essenciais para a solidez financeira das mesmas.

O crédito é a âncora ideal para reter clientes e promover uma cultura de envolvimento do tecido empresarial com as instituições bancárias. Contudo, os actuais níveis de crédito vencido já começam a representar um motivo de preocupação e sugerem a tomada de medidas adicionais. Estas passam por desincentivar o sobre-endividamento das famílias, com a convergência e centralização da base de dados, que emitiriam alertas precoces aos cidadãos cuja conduta seja condizente com o sobre-endividamento, assim como para as próprias instituições bancárias, para que nestes casos procedam a uma avaliação mais rigorosa do risco de crédito. Mas também pelo autofinanciamento das empresas pelos seus accionistas, desde que, de forma sistemática e continuada, seja pela não distribuição dos dividendos, seja por via de suprimentos, passem a receber um maior incentivo por parte do Governo, a título de benefícios fiscais traduzidos em isenção de impostos para as empresas e respectivos accionistas.

Banco de Desenvolvimento de Angola

2018, um ano de consolidação



Manuel Neto da Costa
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Destaco, fundamentalmente, no âmbito do Programa de Transformação do banco, a análise e reestruturação de um número considerável de projectos da carteira do banco, avaliados como viabilizáveis, bem como a aprovação do financiamento de vários projectos, seguindo uma abordagem que procura relevar a sustentabilidade dos negócios financiados.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Tendo em conta que o BDA é um banco cujo *core business* é o financiamento do investimento produtivo, relevamos o financiamento de actividades económicas com impacto cambial positivo, seja pela sua contribuição para a redução da necessidade de divisas, seja pela sua contribuição para o aumento de receitas cambiais do país. Apostamos, de igual modo, na eficiência e eficácia da actuação do banco.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Em 2018, esperamos consolidar as acções de transformação do banco e os resultados do Programa de Transformação deverão começar a ser notórios no seu desempenho económico e financeiro.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A banca tem o papel de oferecer formalmente os serviços financeiros de que a sociedade carece para que o ciclo económico se complete e tenha fluidez, seja captando as poupanças e financiando as actividades económicas das empresas, seja viabilizando o consumo das famílias. A garantia de tais serviços, de modo abrangente na sociedade, assegurará a inclusão dos agentes da sociedade.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Considero que a tendência será para uma “selecção natural”, para a qual os poderes públicos e o regulador deverão ser chamados a intervir, no interesse público.



Banco de Investimento Rural

Orientação para o crescimento e consolidação do negócio



Rosário José Matias
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Ao longo dos últimos 12 meses, trabalhamos sempre orientados pelos quatro pilares que sustentam a nossa estratégia, onde podemos destacar, na vertente do crescimento e consolidação do negócio, a abertura da nossa primeira agência em Luanda e o incremento expressivo da carteira de clientes no segmento empresas. No capítulo da permanente necessidade de consolidação dos capitais próprios, registámos um aumento de 42,3% do Capital Social e, no pilar respeitante à eficiência operacional, temos a assinalar a criação formal do nosso Conselho Superior de Estratégia, um órgão que veio reforçar o acompanhamento e a dinâmica na concretização dos objectivos definidos para o exercício.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Perante o quadro económico actual, cujas repercussões são transversais a todos, introduzimos ajustamentos ao plano de negócios, no sentido de aferir e dotar de consistência os seus principais pressupostos. Consequentemente, e atendendo à grande condicionante colocada pela vertente cambial no que tange ao negócio, temos promovido a captação de clientes de forma equilibrada em função dos segmentos internamente definidos. Adicionalmente, prosseguimos a contínua abordagem de estabelecimento de parcerias institucionais, visando a criação de soluções conjuntas que podem aliviar a pressão que hoje se sente, não só da necessidade de divisas, mas também das dificuldades da banca para desempenhar o seu papel fundamental de financiar a economia.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

As principais metas e objectivos do banco até 2018 são: consolidar os níveis de crescimento; promover a contínua criação de competências no capital humano; melhorar a qualidade na prestação de serviços; adaptar-se às exigências actuais de *Corporate Governance* e do pacote legal e regulamentar; elevar a *performance* alinhada com a dinâmica de continuidade de negócio.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

Os bancos deverão identificar e responder às reais necessidades dos agentes económicos, direccionando de forma objectiva a sua oferta de produtos e serviços e, conseguir atrair um número considerável de agentes que apenas operam no mercado informal, captando-os, com o fito de elevar a massa bancarizada e, conseqüentemente, transformar mais poupanças em activos destinados à alavancagem do produto interno. Estas poderão ser vias que, a médio prazo, contribuirão para a redução das importações de bens que podem ser produzidos localmente.

A inovação com o recurso às tecnologias, disponibilizando soluções abrangentes a empresas e particulares, deve ser encarada como um aspecto relevante para a captação e fidelização de clientes. Corrigir a filosofia de abordagem aos promotores de projectos produtivos nas zonas do interior, sem ignorar a atenção que deve ser prestada à franja social de baixa renda. É imperioso garantir-se a melhoria contínua da qualidade dos serviços e, por via disso, preservar a desejada confiança dos consumidores dos serviços bancários.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

As alterações no ambiente macroeconómico têm sido expressivas e de impactos significativos. O quadro regulatório actual é mais exigente e quer acompanhar os *standards* internacionais. Temos vindo a notar o esforço que as instituições financeiras desenvolvem no sentido de se ajustarem aos moldes e práticas desta nova realidade. O percurso que agora se trilha exigirá dos bancos um elevado grau de resiliência face à conjuntura actual e ao progressivo incremento de regras prudenciais. Estas poderão passar pelo elevado esforço financeiro, visando a adequação de capitais próprios e decorrentes de investimentos em tecnologias e RH, por uma nova abordagem aos custos de implementação de módulos ou plataformas operacionais transversais (sistemas, comunicações e outros), junto dos provedores destes serviços, e por eventuais fusões e/ou parcerias de instituições alinhadas numa base de complementaridade na operacionalização de processos e modelos de negócio.

Banco de Negócios Internacional

Aposta no crescimento sustentável e na modernização



Mário Palhares

Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

O actual contexto macroeconómico e a transformação do sector financeiro têm sido os principais desafios para os bancos nacionais. A situação económica, em 2016, confirmou a tendência dos últimos anos, marcada pela quebra do PIB, a diminuição das receitas da economia e do Estado, a elevada taxa de inflação, a subida das taxas de juro e a oscilação do preço do petróleo no mercado internacional. Por outro lado, a incerteza de uma eventual desvalorização da moeda nacional continua a ser um factor condicionante da actividade financeira. O último ano também ficou marcado pela celebração do nosso 10º aniversário, que serviu para reforçar o nosso compromisso com a prestação de um serviço de qualidade e a procura de soluções financeiras reais para os segmentos particular e empresas. A estratégia que temos adoptado permite-nos ter um crescimento sustentado. Estamos certos de que o BNI é uma instituição cada vez mais sólida, apesar do contexto de dificuldades em que actuamos. O BNI esteve empenhado no cumprimento escrupuloso do calendário definido pelo BNA para a adopção plena das IFRS, desenvolvendo várias ferramentas com vista à implementação dos mecanismos de avaliação e cálculo dos ajustes de todos os activos do Banco. Neste momento, estamos no processo de reajuste para a implementação da IFRS 9, que contem orientações sobre os modelos de imparidade para a carteira de crédito.

O ano de 2016 não foi apenas o da celebração dos nossos 10 anos. Foi, também, o ano em que conseguimos projectar uma estratégia de longo prazo, atendendo aos objectivos de crescimento da economia angolana. O BNI está em sintonia com o caminho de crescimento de Angola.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Não há dúvida que temos de estar focados no aumento da nossa capacidade de financiamento às empresas, fomentando os projectos que criam as infraestruturas para a industrialização do país, bem como apoiando os projectos que fomentem a produção nacional, nomeadamente em sectores estratégicos como o agropecuário. Temos ainda de estar focados na rentabilidade e satisfação dos nossos clientes, melhorando a qualidade do atendimento e dos serviços e investindo em soluções que garantam o acesso mais conveniente dos actuais clientes e das novas gerações ao BNI. Tudo isto será feito com a mesma metodologia que temos seguido e que nos tem permitido um crescimento sólido, de acordo com a maturidade do nosso mercado. Naturalmente, continuaremos a investir em soluções inovadoras como o BNIX, o BNICLIK e numa rede de atendimento que seja também a expressão da nossa aposta na banca tecnológica.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

A nossa estratégia passa por oferecer a melhor experiência bancária aos clientes, aumentar o nosso investimento na área digital, garantindo que os nossos clientes exploram ao máximo as capacidades das diversas soluções já disponibilizadas, ao mesmo tempo que procuraremos oferecer outras soluções expandindo a nossa actuação no digital. Continuamos o nosso investimento nas pessoas, com o objectivo de aumentar a identificação com a nossa marca e valores, procurando melhorar os níveis de eficiência e qualidade, garantindo a satisfação e fidelização dos clientes.

Este é o ano em que temos de aprovar e iniciar a implementação do Plano Estratégico do próximo triénio, pelo que é a oportunidade de reafirmamos a nossa visão de longo prazo. Pretendemos expandir a nossa actuação para novos segmentos de negócio, estabelecendo parcerias sólidas nos diversos sectores de actividade da economia nacional. Estamos seguros de que conseguiremos aumentar a quota de mercado com uma aposta na diversificação de produtos e serviços adequados a cada segmento de negócio.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A banca é dos sectores que mais cresceu nos diversos períodos da nossa economia. Estamos conscientes do importante papel que as nossas instituições desempenham no desenvolvimento da economia angolana e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Acreditamos que a revitalização da economia nacional e a inclusão financeira do tecido empresarial estão intrinsecamente ligados à acção do sector bancário.

Ao dinamizarmos a economia e incentivarmos o crescimento de novos negócios, estamos a contribuir para o aumento da cultura de estruturação dos projectos de investimento, de profissionalização da gestão e de análise dos riscos na fase inicial e em todo o ciclo de vida de um projecto. Por outro lado, temos de oferecer soluções de rentabilização dos activos dos clientes e ao mesmo tempo apresentar soluções de financiamento criativas para os promotores dos investimentos.

É importante que todas as partes que intervêm na economia percebam que os bancos são o centro do sistema económico e que podem desempenhar um papel fundamental na adopção de ferramentas e metodologias que conduzam o país ao desenvolvimento sustentado.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Prevemos um maior investimento nas soluções de banca digital, aumento da taxa de bancarização, promoção da literacia financeira, criação de produtos financeiros de forma a apoiar o desenvolvimento das PME e aposta no microcrédito. Todas as instituições, de acordo com os seus objectivos estratégicos e a sua dimensão, terão de adoptar soluções para lidar com a questão cambial cujo impacto no nosso negócio é sentido em toda a economia. Por outro lado, temos desafios de implementação da legislação e das melhores práticas para o combate ao branqueamento de capitais (AML) e controle contra o financiamento do terrorismo (CFT), que se norteiam por regulamentações mais rígidas para as instituições financeiras, abrangendo directivas e medidas preventivas como "KYC" (Know Your Customer). Aqui os desafios são ao nível tecnológico e de formação das nossas equipas.

Apesar do actual contexto macroeconómico angolano, temos de convergir para acompanhar as regras do sector financeiro global, atender às necessidades específicas dos nossos clientes e mantermo-nos rentáveis e competitivos. Este nível de exigência obriga a ter bancos cada vez mais sólidos, o que conduzirá a processos estratégicos de consolidação da banca angolana por via de fusões e aquisições.

Banco de Poupança e Crédito

Foco na recapitalização e reestruturação



Ricardo Viegas D'Abreu

Presidente do Conselho de Administração

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

O último ano de actividade do BPC foi atípico e desafiante, na medida em que se registaram duas alterações ao nível dos Conselhos de Administração, o que levou a um abrandamento significativo da sua actividade. Adicionalmente, a necessidade de saneamento da carteira de crédito levou a instituição a um processo de recapitalização e reestruturação profundo para o quadriénio 2017-2021, aprovado pelos accionistas em Março do presente ano.

Importa referir que o BPC, apesar de todos estes desafios, é o principal parceiro financeiro do Estado. Sendo um banco universal, abrange transversalmente a economia e a sociedade angolana e cobre geograficamente praticamente todo país, com a maior rede de agências e postos de atendimento.

Em 2016, a *performance* do BPC foi colocada à prova, tendo registado um resultado líquido negativo de 29,5 mil milhões de Kwanzas. No entanto, os depósitos subiram 12,1%, a margem financeira e o produto bancário cresceram 24,8% e 8,5%, respectivamente, o activo líquido cresceu 26,2%, a base de clientes aumentou 7,9% e a rede tem mais de 430 pontos de atendimento.

O ano de 2017 representa uma fase de mudança de paradigma, que assenta na implementação de um modelo de governação sólido e estável, na dinamização da actividade comercial, na melhoria da operacionalidade do banco e na implementação de sistemas eficazes de gestão e controlo de riscos, com o intuito de melhor servir e de resgatar a confiança dos clientes, em particular, e dos *stakeholders*, em geral. Neste momento, já vamos assistindo a melhorias no desempenho geral do banco, mas ainda é muito cedo para avaliar os benefícios do processo de transformação que está em curso.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O banco encontra-se numa fase de recuperação da actividade, que irá culminar com a definição de uma estratégia de médio e longo prazo. Acreditamos que o BPC será uma peça fundamental na consolidação e recuperação da actividade no seio do sistema financeiro angolano e da economia. Neste sentido, estamos focados num conjunto de acções imediatas (Plano de Acções Imediatas), que ajudarão o banco a aprofundar o diagnóstico e a ajustar processos, procedimentos e a nova cultura organizacional, em torno do serviço ao cliente, que conduzirão ao processo de transformação mais profundo a iniciar no primeiro semestre de 2018.

A conclusão do processo de saneamento da carteira de crédito, o foco na captação de recursos “frescos” e o reforço dos capitais próprios do BPC são factores essenciais para permitir a retoma da função creditícia no curto prazo, de acordo com pressupostos mais sólidos e ajustados aos processos de originação, acompanhamento e até mesmo recuperação de crédito.

O BPC pretende desenvolver uma estratégia orientada para o apoio à exportação e às actividades conexas, actuando como um indutor do processo produtivo nacional.

A nível do sector privado, pretendemos ser um actor relevante no programa Angola Investe e noutros programas de dinamização do empreendedorismo, no que respeita ao processo de diversificação económica, indispensável ao desenvolvimento do nosso país.

No apoio ao Estado e ao sector público, pretendemos ser instrumentais no esforço que o país ainda precisa de empreender ao nível das infra-estruturas, apoiando na angariação de financiamentos externos e promovendo o financiamento directo estrangeiro e as parcerias público-privadas.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Neste momento estamos a preparar o plano de actividades para 2018 e todo o processo orçamental que lhe está associado, devendo a actividade estar alinhada com o plano de recapitalização e reestruturação em curso, que é a nossa prioridade.

Em 2018, pretendemos desenhar uma estratégia de médio e longo prazo que dê suporte a um plano de transformação da instituição. Aspiramos a criação de um BPC mais competitivo e líder de mercado, tecnologicamente capacitado, assegurando eficiência operacional e até inovação, uma aposta no capital humano por via do aumento generalizado das suas competências e foco no serviço ao cliente.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A banca e o sistema financeiro em geral são instrumentos essenciais que alavancam e potenciam os negócios e a redistribuição do rendimento, através do apoio às empresas (crédito e serviços) e aos particulares (poupança, criação de emprego e crédito ao consumo), bem como aos programas dirigidos à inclusão financeira.

O nosso país tem um largo espaço para o aumento da bancarização e redução da informalidade da economia e, por essa razão, a banca deve apostar na inovação e em canais alternativos para servir melhor e mais barato a população em geral, de forma a encontrar soluções que se ajustem às necessidades dos diferentes segmentos de clientes.

O microcrédito e a microfinança poderão ser instrumentos relevantes para adequar o financiamento das comunidades rurais, que vivem da auto-subsistência, ou os empreendedores que apostam nos pequenos negócios como forma de vida e sustento.

A banca deve repensar o seu modelo de negócio para acompanhar e incorporar as mais-valias da evolução tecnológica, convergindo para a era digital.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

A economia nacional e a banca estão expostas a um novo contexto político-económico, cujo principal desafio é fazer face aos impactos das limitações da redução significativa dos fluxos financeiros na economia, procurando direccionar a sua atenção para uma lógica de produção nacional e conseqüente substituição de importações, procurando assegurar a sua própria estabilidade e sustentabilidade. Nesse sentido, as políticas macro-económicas deverão ser direccionadas para a potenciação do investimento, a criação de emprego, a competitividade do mercado, o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade do endividamento público, incentivando o investimento privado.

O sistema financeiro deverá focar-se na consolidação e solidez das suas operações domésticas, com pleno respeito das normas emanadas pela autoridade supervisora (BNA), pois só assim poderemos almejar a integração do sistema bancário nacional no contexto global, captando recursos para a nossa economia.

Banco Económico

Antecipar soluções para responder às necessidades dos consumidores



Sanjay Bhasin
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

O Banco Económico tem vindo a consolidar o seu posicionamento no mercado através de uma sólida estratégia de segmentação, que lhe tem permitido desenvolver produtos bancários altamente customizados, para dar resposta às necessidades específicas de cada tipologia de cliente, antecipando as tendências de consumo da indústria bancária nacional. Neste sentido, foram lançados diversos produtos e serviços com incorporação de soluções inovadoras. Destaco, por exemplo, o novo segmento *affluent*, com imagem de marca Umoxi, que foi criado para uma classe emergente de empreendedores, empresários e indivíduos em fase de ascensão profissional e que integra produtos financeiros específicos, bem como níveis de serviço bastante sofisticados, incluindo consultoria financeira especializada. A criação de serviços e produtos cada vez mais diferenciados e ajustados às reais necessidades de cada segmento de clientes são os eixos mais estratégicos da operação do banco. Temos vindo, também, a efectuar um esforço constante para sensibilizar os consumidores angolanos para o conceito de literacia financeira. Em 2017, foram desenvolvidos novos produtos de incentivo à poupança, para crianças e jovens, com o objectivo de estimular a adopção de hábitos de consumo mais responsáveis nos mais novos e salientar a importância de poupar no presente para atingir os objectivos do futuro.

O Banco Económico tem vindo a aumentar, continuamente, o investimento na inovação e no desenvolvimento tecnológico dos seus canais digitais. Os serviços de *internet* e *mobile banking* são cada vez mais utilizados, quer pelo segmento de particulares, quer pelo segmento de empresas. Continuamos a ser um dos maiores apoiantes de importação alimentar para o país. O banco tem disponibilizado, proactivamente, financiamento em moeda local, sempre que os importadores enfrentam carências de liquidez de curto prazo.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O actual contexto macroeconómico do país depende de diversos factores externos, dado que a economia angolana ainda está bastante dependente do petróleo e a evolução do preço do barril continua a apresentar uma timidez insistente. Para fazer face ao desafio da escassez de divisas, o Banco Económico desenvolveu algumas soluções que ajudam os clientes a proteger o valor dos seus activos líquidos, embora com a inerente percepção de que estes activos podem ser depreciados. O banco tem vindo a defender e a apoiar projectos focados na produção doméstica e na substituição de importações, dado que considera que é este o caminho, de longo prazo, para atingir o

desenvolvimento sustentável da nossa economia. Os projectos económicos dirigidos ao aumento da produção nacional são uma mais-valia para os clientes, para o país e para o banco.

Temos também agilizado o envolvimento com bancos estrangeiros para os consciencializar sobre a situação interna de Angola e demonstrar o potencial de crescimento de negócios. Esta estratégia permitiu aumentar a exposição destes bancos ao mercado angolano.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

O Banco Económico continua focado no crescimento do negócio e da sua base de clientes, orientando a sua operação para o desenvolvimento de soluções que antecipem e respondam às necessidades dos consumidores.

Igualmente em plano está um substancial *upgrade*, em termos de tecnologia, para reforçar a aposta do banco no espaço digital. Actualmente, os desafios da digitalização da banca são muito maiores do que apenas reduzir os processos em papel.

Tendo em conta as fragilidades do cenário macroeconómico em 2017, é importante uma sólida preparação para enfrentar os desafios decorrentes de uma evolução mais débil, em termos de desempenho dos indicadores de negócio.

Aguardamos, com expectativa, as novas iniciativas económicas que irão ser apresentadas pelo novo executivo angolano. Estamos totalmente preparados para trabalhar quer com o Governo, quer com os clientes, para apoiar e implementar novas iniciativas de desenvolvimento económico, com aceitáveis níveis de risco.

O banco tem, também, o objectivo de estar na vanguarda da angariação de fundos externos, provenientes de investidores estrangeiros e da diáspora angolana.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A indústria bancária é um dos maiores pilares do desenvolvimento económico de qualquer país e torna-se um catalisador dos novos projectos empresariais que surgem no mercado.

Para aumentar a inclusão financeira do tecido empresarial angolano, o Banco Económico tem vindo a trabalhar numa perspectiva de grande proximidade com os clientes empresariais. O banco está a facultar consultoria, apoio e aconselhamento financeiro especializado, e tem vindo a criar produtos e serviços específicos para responder aos actuais desafios e necessidades das empresas angolanas. Foram já desenvolvidos diversos produtos bancários inovadores, em linha com o contexto económico do país, nomeadamente produtos de protecção cambial, *leasing*, soluções muito completas de gestão de tesouraria para empresas, bem como um sistema integrado para cobrança de impostos.

Para além disso, o Banco Económico tem vindo a apoiar e incentivar projectos empresariais focados na produção doméstica e na substituição de importações, e a encorajar projectos baseados numa menor dependência de divisas. Contudo, assume o compromisso permanente de apoiar as áreas económicas prioritárias na importação de bens essenciais, como, por exemplo, a alimentação.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Existem grandes expectativas sobre a nova liderança governamental, tanto dentro como fora do país. Os bancos têm um importante papel a desempenhar no novo contexto económico. No próximo ano, o sucesso da indústria bancária passará pelo desafiante equilíbrio de promover e apoiar o desenvolvimento económico e, ao mesmo tempo, manter o foco na gestão do risco e na rentabilidade.

Para a indústria bancária angolana, acredito que este é momento ideal para a consolidação. Os bancos devem trabalhar, de forma construtiva e em conjunto, para dinamizar e desenvolver o sector bancário. Este caminho implica manter o foco na inclusão financeira e, paralelamente, evitar a sobreposição de bancos em determinadas áreas.

Os bancos são muito dependentes da disponibilidade de divisas, o que influencia quer o volume de negócios, quer a rentabilidade da operação. A escassez de moeda estrangeira ainda está em níveis muito desafiantes e este facto está consideravelmente fora do nosso controlo. Por isso, se queremos assumir o caminho da expansão económica, este é o momento certo para reforçar as estratégias de diversificação da economia e de dar continuidade ao estímulo para o aumento da produção doméstica.

Banco Kwanza Invest

Foco na inovação, qualidade e rentabilidade



Adriano de Carvalho

Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

De acordo com a estratégia traçada pelos nossos accionistas, nos últimos doze meses o Banco Kwanza Invest manteve o foco na inovação, na prestação de um serviço de qualidade aos seus clientes, na manutenção de níveis de rentabilidade sobre os capitais, no ajustamento contínuo das suas políticas e procedimentos à regulamentação nacional e às melhores práticas do mercado e, finalmente, à evolução do mercado nacional e internacional.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Sendo o contexto económico e cambial caracterizado por um crescimento baixo, um menor acesso à moeda estrangeira, taxas de juro elevadas e constrangimentos de liquidez por parte dos sectores público e privado, a actuação do Banco Kwanza Invest centra-se na inovação, na manutenção das actividades rentáveis, na procura de clientes com um perfil de risco adequado e com potencial e na optimização dos seus custos operativos e financeiros.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Conforme referi, a nossa matriz estratégica é manter o foco na inovação, na prestação de um serviço de qualidade, na manutenção de níveis de rentabilidade, no ajustamento das nossas políticas e procedimentos à regulamentação nacional e às melhores práticas do mercado e à evolução dos mercados nacional e internacional. Prevendo que em 2018 haverá alguma retoma económica, a estabilização e eventual subida ligeira na cotação do preço do petróleo, a superação dos principais constrangimentos sistémicos em termos de crédito malparado e ainda a reestruturação dos sectores financeiro público e privado, a nossa principal meta é, para além de atingir os objectivos estratégicos, obter uma quota do crescimento macroeconómico que prevemos que irá ocorrer em 2018, em termos do volume de activos e do número de negócios.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

Enquanto intermediário financeiro privilegiado e prestador de serviços financeiros à economia angolana, conhecedor profundo da realidade nacional e vocacionado especificamente para servir os agentes económicos angolanos, cremos que o sector financeiro desempenhou e continuará a desempenhar um papel fulcral na dinamização da economia e, logicamente, no aprofundamento da inclusão financeira, quer em termos de particulares, quer empresariais.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Acredito que a pior fase do actual ciclo económico já passou. É verdade que a economia angolana permanece ainda excessivamente dependente da actividade e receitas do sector petrolífero, que, no entanto, se prevê que recupere em 2018. Estando prevista uma estabilização da economia e uma taxa de crescimento moderado a partir de meados de 2018, cremos que haverá alguma retoma do investimento em projectos públicos de alguma dimensão. No sector privado, haverá um maior foco na criação de produtos e serviços que visem substituir algumas das importações, o que requererá investimento e crédito bancário. A reestruturação em curso no sector financeiro público, a maior capitalização, a consolidação e a desalavancagem dos balanços dos bancos privados, implicarão uma maior disponibilidade do sector para a tomada de riscos de qualidade e para níveis mais elevados na concessão de crédito, o que suportará uma maior actividade económica, aumentará os índices de liquidez e diminuirá a pressão sobre as taxas de juro.

Banco Mais

Aposta na competitividade e na qualidade



José Valentim Barbieri
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Nos últimos tempos, tivemos uma actividade muito pequena, quando medida em números, mas extremamente importante para o crescimento e consolidação do banco no futuro.

Os accionistas aumentaram o capital no princípio de 2017, definiram um plano de acção estratégico ousado, o que permitiu negociar pontos comerciais importantes, em consonância com os objectivos, que estarão em operações em breve.

Algumas parcerias estão a ser desenvolvidas de forma bastante importante e irão permitir ao banco realizar o plano de negócios proposto pelos seus accionistas.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

A economia global tem crescido, com o preço do óleo estável e o regresso de alguns investidores ao mercado. Localmente, espera-se um crescimento do PIB, com a inflação sensivelmente mais baixa.

É possível também antever que a diversificação da economia comece a produzir frutos e que alguns investimentos no sector petrolífero, entrando em operação, possam melhorar a balança comercial e a capacidade de oferta de divisas. A combinação destes factores pode motivar um crescimento de investimentos e um aumento do volume de negócios no mercado em geral.

Contamos que este cenário positivo aconteça ao mesmo tempo que o banco lança pontos comerciais em Luanda.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

O ano de 2018, com o crescimento económico global e local e as novas e importantes instituições no mercado, será marcado por um aumento da competição e da oferta de produtos e serviços, com um aumento da exigência dos clientes pela qualidade.

Contamos ter uma estrutura comercial e oferta de serviços bastante competitiva e de qualidade, investindo não só na abertura de pontos comerciais adequados à nova realidade do mercado, mas também na formação e capacitação dos nossos profissionais.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A missão de apoiar a dinamização da economia é muito ampla e não é só dos bancos. Simplificar a criação de empresas e negócios é talvez mais importante do que a missão bancária.

O sistema financeiro tem uma grande capacidade para orientar os empreendedores e deve estimular cada vez mais este papel, que talvez seja mais importante para a inclusão bancária do que a concessão de crédito.

Esperamos que o sistema financeiro seja capaz de fazer as duas coisas.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Em 2018, teremos um crescimento muito grande da competição. Não só de grandes bancos que iniciaram actividade, como das instituições menores que também se consolidaram. Mas também teremos a competição de empresas tecnológicas de serviços financeiros, o que obriga os bancos tradicionais a reinventarem-se. Acho que será um ano muito bom para os clientes, que verão a qualidade dos serviços melhorar muito.

Banco Millennium Atlântico

Colocar a realidade digital ao serviço do cliente e do país



Daniel Santos
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

O principal desafio do ATLANTICO, nos últimos 12 meses, passou pela conclusão do processo de integração das duas instituições, na sequência da primeira fusão do sistema financeiro angolano, entre o Banco Privado Atlântico, S.A. e o Banco Millennium Angola, S.A., ocorrida a 3 de Maio de 2016. Este processo passou pelo desenho do modelo de governação e do sistema de controlo interno, da integração das pessoas, da definição da marca e imagem, da optimização da rede de pontos de atendimento, do património e dos sistemas de informação, tendo sido concluído com sucesso, no final de 2016. Não obstante os desafios inerentes a todo o processo de integração, a *performance* do banco em 2016 revelou-se bastante positiva do ponto de vista da rentabilidade, dado o incremento relevante da melhoria dos resultados do exercício, fruto do aumento do produto bancário, embora tenha pesado o aumento dos custos operacionais, em resultado do investimento não recorrente, efectuado com a fusão e do investimento contínuo em capital humano.

O ATLANTICO registou, de igual modo, um crescimento do volume de negócios, em resultado do incremento da base de clientes e da aposta contínua no apoio à economia. Apraz-nos, ainda, destacar a qualidade dos activos, dada a cobertura significativa do crédito vencido por imparidade, bem como a solidez evidenciada por um dos maiores níveis de fundos próprios do sector financeiro.

Por último, uma vez concluído o processo de integração e encerrado o exercício económico de 2016, demos início à definição do nosso Plano Estratégico, o ATLANTICO 2.1, que representa o resultado de duas grandes instituições convertidas numa grande Agenda Estratégica, a agenda que levará o ATLANTICO a 2021, com o objectivo de colocar a realidade digital ao serviço do cliente e do país.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O ATLANTICO tem apostado no apoio à diversificação da economia por via de uma oferta diferenciada de soluções, nomeadamente através: do programa Angola Investe, que apoia o investimento das pequenas e médias empresas; dos produtos Exporta +, direccionados para o fomento das exportações; e do programa Produz +, direccionado para o financiamento da produção nacional. Esta estratégia de actuação visa, de igual modo, a diminuição da necessidade de divisas por parte dos agentes económicos, perante um contexto cambial desafiante.

Adicionalmente, procuramos o reforço contínuo do modelo de governação, do sistema de controlo interno e dos indicadores de solidez e rentabilidade do banco. Isto com o propósito de facilitar o acesso a linhas no mercado monetário interbancário junto de bancos correspondentes não-residentes e linhas de financiamento junto de entidades multilaterais. Linhas que permitam proporcionar aos nossos clientes a estruturação de operações de financiamento, na qual o seu investimento é suportado com recurso a fundos externos e com custos mais reduzidos.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Em linha com o Plano Estratégico ATLANTICO 2.1, o banco pretende:

- Dar início à transformação do seu posicionamento enquanto banco universal, no sentido de ser o banco que melhor serve todos os segmentos de clientes, incluindo as famílias de baixa renda e os pequenos e médios empreendedores, através da oferta de propostas de valor diferenciadas.
- Proporcionar uma melhoria da experiência do cliente, através da aposta contínua na digitalização de processos e na inovação das soluções oferecidas aos nossos clientes.
- Reforçar o papel de parceiro de referência no investimento de e para Angola, continuando a apoiar a diversificação da nossa economia e a contribuir para a geração de produto e de emprego, visando a prosperidade das famílias, das empresas e do país.
- Dar continuidade à aposta contínua na eficiência, através da optimização de processos, do património e dos custos operacionais, sem contudo descurar a aposta permanente na potenciação do nosso capital humano, dotando-o das competências necessárias para abraçar os desafios do futuro.
- Consolidar a adopção das IFRS e dos novos pacotes regulamentares de gestão de riscos, em linha com as melhores práticas.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

O sector bancário desempenha um papel relevante na dinamização da economia através do apoio à sua diversificação, em que, conforme anteriormente referido, o ATLANTICO tem efectuado uma forte aposta, através da oferta de soluções customizadas, alinhadas com as necessidades dos clientes face à actual conjuntura. Adicionalmente, é fundamental que os bancos promovam, através de uma relação de parceria e mediante uma abordagem pedagógica, o fortalecimento do tecido empresarial, desempenhando um papel de assessor financeiro dos seus clientes na estruturação de projectos de investimento sustentáveis, melhorando em simultâneo o risco das suas carteiras de crédito.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

As principais tendências da banca para 2018 passarão por:

- Reforçar a aposta no crédito à economia, incrementando o apoio às famílias e às empresas.
- Redobrar os esforços com vista ao aumento da bancarização da população.
- Incrementar a exposição ao exterior para obtenção de um maior apoio por parte de entidades internacionais na dinamização da economia nacional.
- Responder à cada vez maior apetência digital e exigência dos clientes, através da digitalização dos seus processos e da sua oferta de produtos e serviços, contribuindo para a melhoria da sua experiência enquanto clientes.
- Incrementar os níveis de eficiência, através da optimização dos seus custos operacionais.
- Responder aos desafios regulamentares com vista a um maior robustecimento do modelo de governação, do sistema de controlo interno e do alinhamento com as melhores práticas internacionais, sobretudo no que respeita às políticas e processos de gestão de risco e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Banco Prestígio

Aposta na consolidação dos valores e na cultura de “prestígio”



Maria João de Almeida
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

O Banco Prestígio, nos últimos meses, manteve a sua aposta na consolidação da marca, enquanto “banco de investimento”, e no reforço da estrutura interna e da cultura organizacional de “prestígio”, por via do reforço e capacitação do capital humano.

Neste período, o Banco Prestígio registou um crescimento global da actividade que, tendo em conta a conjuntura, dá indicações positivas para os próximos exercícios, sobretudo no que diz respeito ao *Investment Banking*. Neste em particular, destacamos as acções de *adviser*, estruturação e montagem de operações, que alavancaram a margem complementar.

Desenvolveram-se igualmente iniciativas no plano internacional, em linha com as iniciativas do Executivo, que valeram alguma visibilidade neste plano, onde auguramos que venham, no curto prazo, a materializar-se em operações de *Investment Banking* com *funding* internacional.

Neste período, registámos igualmente um marco especial, que foi a assinatura de um Memorando de Entendimento com a Comissão de Mercado de Capitais (CMC), referente à implementação de *Project Bonds*, o que para nós constitui mais um passo na diversificação e desenvolvimento de instrumentos financeiros e na participação, de uma forma geral, no crescimento do mercado de capitais, oferecendo assim novas soluções de financiamento e investimento aos nossos parceiros.

O reforço da função de gestão de risco foi igualmente um dos feitos mais relevantes durante os últimos meses, com grande ênfase no novo pacote regulamentar do BNA e no desenvolvimento dos modelos internos de acompanhamento dos indicadores.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O actual contexto económico e cambial continua a ser bastante desafiante para os diversos intervenientes. A nossa aposta tem sido disponibilizar produtos/ serviços de cobertura do risco cambial, na vertente de *Private Banking* e, no domínio de *Investment Banking*, temo-nos focado no apoio à tomada de decisão de investimentos e alocação de activos dos nossos parceiros, de modo a garantir a sobrevivência e manutenção das suas actividades neste período de crise e no arranque e desenvolvimento na fase de expansão. De facto, a médio e longo prazo, a estratégia é apoiar o empreendedorismo e os empresários com soluções que potenciem a produção nacional.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Em 2018, o Banco Prestígio vai manter a aposta na afirmação da marca e, nesse sentido, prevemos a efectivação dos projectos em carteira de *Investment Banking*. É também um ano particularmente crucial por se tratar do terceiro exercício económico e, de acordo com o Intento Estratégico, a oferta de produtos e serviços deverá responder melhor às necessidades dos nossos parceiros e continuar a criar valor para os nossos accionistas.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

A banca continua a ser o principal veículo para a inclusão financeira do público em geral e do tecido empresarial em particular. O Banco Prestígio identificou uma crescente necessidade de apoio às empresas com serviços de *advisory*, principalmente relacionados com actividades de fusões e aquisições (*M&A*), emissão de dívida corporativa e quem sabe, num futuro próximo, de introdução em bolsa (*IPOs*).

A banca electrónica irá facilitar muito o acesso aos serviços bancários para um maior número de angolanos, factor que incide no maior acesso à literacia/ cultura financeira, assim como no aumento dos depósitos/ liquidez para a banca nacional. Este desenvolvimento é crucial para que a banca esteja em condições de responder às actuais e futuras necessidades financeiras, de médio e longo prazo, tanto das empresas como do Executivo.

A conquista da confiança no sistema financeiro é um pré-requisito para o seu próprio desenvolvimento e trará a credibilidade internacional necessária para o aumento do investimento directo estrangeiro (FDI). Assim, cada actor deve actuar com responsabilidade para permitir à economia nacional ser um destino de investimento de referência e o tecido empresarial ser beneficiário, tanto na vertente dívida (empréstimos, obrigações, etc.) como na vertente de capital (*IPOs*, *private equity*, etc). Na verdade, Angola encontra-se em concorrência com vários outros países emergentes para a captação de FDI e, num contexto de *"flight to quality"*, com a subida das taxas de juro nos EUA e os apertos monetários em várias regiões do globo, deve ser representada por um sistema bancário inovador e robusto para aumentar consideravelmente a probabilidade de sucesso.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

No plano económico, o sector vai continuar a ressentir os efeitos da crise. As projecções económicas ainda apontam para um crescimento tímido e, por isso, a expectativa é que 2018 seja um ano de adaptação e definição de estratégias. No plano regulamentar, destacamos a segunda e última fase da adopção das IAS/IFRS, o que será mais um passo para o desenvolvimento do sector que temos vindo a verificar em 2017. A entrada em vigor do novo pacote regulamentar sobre a gestão do risco será, sem dúvida, outro grande marco a registar.

Banco de Crédito do Sul

Encarar a crise enquanto oportunidade



Maria do Céu Figueira

Presidente do Conselho de Administração

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Mesmo enfrentando um cenário adverso, o BCS materializou a sua aspiração em tornar-se num banco dedicado aos segmentos “Large Corporate & Private”. Em 2016, reforçámos o posicionamento estratégico, melhorámos o rácio de capital, concretizámos o aumento de capital, o reforço do quadro de colaboradores e continuámos a apostar na melhor tecnologia disponível, para cumprir os requisitos de *compliance* nacional e internacional, um facto incontornável desde o início da nossa actividade.

O resultado líquido em 2016 (primeiro exercício económico completo do Banco BCS, que iniciou actividade em Outubro de 2015) apresentou uma melhoria de 32% face a 2015, com o 4º trimestre a apresentar um resultado trimestral positivo.

A estratégia de actuação delineada e implementada tem-se revelado acertada, pois no primeiro semestre de 2017, registámos, entre outros: um acentuado crescimento do activo; excelentes resultados líquidos; rácios de rentabilidade dos capitais próprios, solvabilidade e de “*cost to income*” acima da média do mercado; concretizámos a abertura de um centro de negócios no Lubango e dois novos centros de negócios em Luanda; efectuámos um aumento de capital; fomos distinguidos internacionalmente com a atribuição do prémio “Best Private Bank in Angola 2017” pela prestigiada revista Inglesa “The European” na sua edição “Global & Finance Awards 2017”.

Os resultados alcançados estão alicerçados no aumento da base de clientes, que só foi possível através da prestação de um serviço de excelência por parte dos nossos colaboradores.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O BCS, estando num segmento de grandes clientes *corporate*, tem uma responsabilidade acrescida no apoio aos seus clientes, com vista à sua melhor adequação às novas exigências do mercado e consequente retorno para quem investe através de nós.

A capacidade de adaptação permanente às novas exigências de um mercado em constante mudança é o factor chave para a sobrevivência de qualquer instituição, seja ela financeira, industrial, agrícola, comercial ou social.

Atrevo-me a tecer uns comentários sobre a crise e as perspectivas futuras de Angola, como estado soberano. Isto leva-nos a pensar na eterna equação de risco e volatilidade (incerteza) que norteiam as decisões dos investidores que, como se sabe, não são a mesma coisa. Risco é a perda permanente de capital e nesse aspecto a consolidação da democracia angolana, confirmada pela forma como decorreram as recentes eleições, transmite uma sensação de segurança aos investidores estrangeiros, enquanto a volatilidade (incerteza) só se transforma em risco quando o horizonte de investimento não é suficientemente longo para esperar que o mercado reconheça o justo valor do activo. É essencial que Angola siga uma estratégia consistente, a médio e longo prazo, de preservação de valor. A resiliência do povo angolano deve ser vista como uma oportunidade para o investidor externo. Não temos dúvidas de que o país vai continuar a atrair investimento externo e que a dívida do Estado Angolano irá passar a ser mais transacionada nos mercados internacionais, devido aos *yields* praticados e diminuição acentuada do Risco Soberano.

A própria recuperação do preço do petróleo, face aos mínimos registados em 2016, para os níveis actuais, rondando os 55 dólares por barril, contribui positivamente para a visão externa do nosso país.

Neste contexto, a nossa estratégia de actuação vai manter-se fiel aos princípios que orientam a nossa instituição, e que no seu conjunto constituem o ADN do BCS: foco na qualidade, personalização, proximidade e profissionalismo são os pilares na prestação de um serviço de excelência, que só se consegue com um trabalho de equipa desenvolvido por profissionais competentes e dedicados; criar valor através de um conjunto de regras e de procedimentos que respeitem as normas internacionais de *compliance*; desenvolver a actividade orientada para a rentabilidade, prudência em matéria de riscos e eficiência na alocação de recursos; e, contribuir activamente para o progresso económico e social do nosso país.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

A economia mundial ganhou impulso à medida que a expansão do crescimento do investimento, emprego e comércio sincronizou o crescimento na maioria dos países, de acordo com o último relatório sobre a Perspectiva Económica da OCDE (Set 2017).

O compromisso com o desenvolvimento da economia faz parte do nosso ADN. Continuaremos ao lado dos nossos clientes na procura das melhores soluções de crédito interno e externo. Somos uma parte activa e integrante na prossecução do desenvolvimento económico de Angola. O país tem recursos imensos por explorar e tem o perfil para ser um exportador nato em vários sectores da economia, que não só a petrolífera e diamantífera.

Em 2018 pretendemos consolidar o reconhecimento da nossa marca no mercado, sempre tendo em atenção a satisfação dos clientes, colaboradores, sociedade e accionistas que acreditam e investem neste projecto.

Pretendemos ter uma dimensão nacional junto do sector produtivo, que é a base de riqueza de qualquer país. Vamos continuar a política de expansão no mercado, sempre obedecendo aos critérios e exigências do nosso segmento alvo, privilegiando o investimento em novas tecnologias e o desenvolvimento de parcerias estratégicas com bancos no exterior.

Uma coisa é certa, estaremos ainda mais fortes!

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

Apesar da crise, o sector empresarial angolano tem evoluído significativamente nos últimos anos, quer em termos de taxa de crescimento das suas operações, quer pela diversificação e expansão para novos sectores de actividade, reforçando a capacidade produtiva do país, com impacto na criação de emprego e na redução do volume de importações do exterior.

Os investimentos em infraestruturas (barragens; aeroportos; portos marítimos; caminhos de ferro; vias de comunicação) e em capital humano (formação de pessoal qualificado) estão a fazer com que Angola se torne numa plataforma internacional giratória e aglutinadora de negócios em África.

De facto, o nosso país pode orgulhar-se de ter um sistema financeiro desenvolvido e moderno, que tem funcionado como um catalisador do crescimento económico através da disponibilização de financiamento à economia, incentivo à realização de poupanças e apostando

no investimento em tecnologias e meios electrónicos de pagamento, que permitem a simplificação de processos, podendo afirmar-se como um exemplo no panorama do continente africano.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

O BNA continuará a implementar todas as medidas necessárias com vista a tornar equiparável o sistema financeiro angolano às principais instituições de supervisão e regulação bancárias internacionais, contribuindo activamente para o regresso de Angola aos mercados financeiros e consequente acesso ao capital internacional.

Os bancos continuarão a efectuar investimentos em novas tecnologias e no desenvolvimento de sistemas de controlo de gestão e riscos do negócio.

A diversificação da economia, avultados investimentos em infra-estruturas, reformas em curso, aliados ao clima de estabilidade política solidificam a crença do BCS de que as perspectivas futuras são animadoras, na medida em que estão a ser levadas a cabo as acções necessárias para que o ambiente de negócios seja mais favorável ao investimento que irá alavancar o desenvolvimento de Angola.

Estamos convencidos de que vamos assistir a abordagens de bancos internacionais ao nosso mercado, pelo que a curto/médio prazo, não será de estranhar a presença de algumas insígnias internacionais em Angola, quer por via directa quer através do reforço de parcerias com bancos locais.

Por não termos receio em encarar o futuro com optimismo, endereçamos abertamente um convite a todos os interessados em investir no nosso país, para que utilizem o Banco BCS como um parceiro estratégico.

Banco Regional do Keve

Aposta no crescimento sustentável e na modernização



Arlindo das Chagas Rangel
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Num ano marcado por várias alterações regulamentares e por um ambiente económico conturbado, o Banco Keve continuou a modernizar a organização e a otimizar os processos, através da aposta em sistemas de informação que lhe permitem melhorar a prestação de serviços aos seus clientes, reforçar os sistemas de controlo interno e de riscos e conformar o banco às demais obrigações regulamentares, respondendo às exigências do mercado e do sector de forma positiva e com elevados padrões de qualidade. Este processo tem sido acompanhado por um programa de reforço de competências do capital humano. O banco tem perseguido o seu plano criterioso de expansão da rede. No ano corrente, foram abertas três novas agências, o que permitiu ampliar o número de unidades comerciais para 67 e estar cada vez mais presente nos principais pólos económicos do país. Por fim, é importante destacar o desempenho comercial alcançado pelo banco em 2016, com um aumento dos depósitos na ordem de AOA 6,5 mil milhões (mais 5,8% do que em 2015) e o aumento do crédito bruto em cerca de AOA 3,8 mil milhões (mais 6,2% do que em 2015), como resultado de uma maior dinâmica empreendida nos segmentos de retalho, *corporate* e *private*.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Este ano tem sido desafiante para o sector bancário, pelos constrangimentos já conhecidos. O Banco Keve tem procurado adaptar-se a esta nova realidade do mercado e esta adaptação tem passado sobretudo pela redução dos custos de estrutura, optimização dos processos, melhoria na gestão de recursos, diversificação das fontes de financiamento, modernização tecnológica e investimento na formação do capital humano. Mas também pelo refinamento do processo de crédito, aprimoramento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e reforço contínuo das provisões para cobertura de riscos, conferindo maior solidez ao balanço patrimonial. É certo que a economia angolana é ainda muito dependente de operações com o exterior e esta dependência reflecte-se, de forma transversal, em todos os sectores da economia, que, num ambiente de fortes restrições cambiais, tem impacto negativo na actividade dos bancos. Todavia, o Banco Keve tem procurado alternativas, no mercado internacional, de linhas de financiamento para suprir as necessidades dos agentes económicos. Por outro lado, no que concerne ao financiamento à economia, o Banco Keve tem privilegiado projectos com menor dependência de insumos provenientes do exterior.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

O Banco Keve continua focado no seu crescimento sustentável. O plano estratégico para o triénio 2015-2018, assenta num programa de transformação, que passa pelo aumento “cirúrgico” dos canais de distribuição para áreas de grande relevância económica, onde o banco ainda não está presente; pelo aumento dos instrumentos digitais, de forma a conferir aos clientes segurança, conveniência e disponibilidade imediata aos produtos e serviços bancários; pelo aumento da eficiência operacional; pela especialização dos colaboradores; pela intervenção mais activa no mercado de capitais; pela dinamização da actividade de *cross-selling* para otimizar as receitas; e pelo reforço do capital destinado a conferir maior solidez à instituição. Acreditamos que, com o cumprimento destas prioridades estratégicas, seremos cada vez mais uma referência no sistema financeiro angolano, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento económico do país.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

É comum dizer-se que os bancos são o coração da economia, que para crescer e desenvolver-se necessita que a actividade bancária seja administrada em tempo oportuno e com “conta, peso e medida”. Assim, é essencial que o crédito outorgado pelos bancos às empresas e famílias produza riqueza suficiente, que permita o seu retorno acrescido dos respectivos juros. Assim sendo, haverá bancos robustos e credíveis e uma economia forte, como o país precisa. É uma preocupação permanente do Banco Keve ajudar os seus clientes a ter saúde financeira, aconselhando e acompanhando as operações, tornando-os pessoas informadas, capazes e conscientes das suas responsabilidades, favorecendo a sua inclusão financeira, o seu relacionamento e os negócios. O sistema bancário angolano tem sido o motor de revitalização dos sectores produtivos, canalizando recursos financeiros para a realização de investimentos estruturantes para o sector empresarial privado, que proporcionará a criação de emprego, o aumento da base tributária e a diminuição das importações. Neste domínio, o Banco Keve continua a desempenhar um papel predominante no financiamento às PME, no âmbito do programa Angola Investe, tendo concedido, até à presente data, crédito no valor total de AOA 4,1 mil milhões, distribuídos por 11 projectos, enquadrados nos sectores produtivos.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Vivemos num período de exigente disciplina financeira, em que os recursos, agora mais escassos, devem ser racionalmente aplicados, ponderando o binómio rentabilidade e risco. Por isso, a nossa actividade comercial, de um modo geral, vai priorizar aquilo que também constitui uma prioridade dos programas governamentais de aceleração da economia e o crédito deve ser orientado para aí. Os bancos vão prosseguir no aprofundamento das questões ligadas ao *compliance* de modo a assegurar, na próxima avaliação do GAFI, a ascensão a um patamar mais consentâneo com as suas responsabilidades e o alinhamento dos bancos ao IAS/IFRS será uma preocupação. Paralelamente, deverão continuar a aferir o funcionamento das questões atinentes ao Corporate Governance, para se melhorar a qualidade da gestão dos bancos. O ambiente concorrencial, cada vez mais competitivo, e os constrangimentos de liquidez do mercado deverão ser factores de impulsão para a consolidação da banca, através de movimentos de fusões e aquisições. Finalmente, existe um potencial no sistema financeiro por explorar, que poderá ser uma oportunidade de diferenciação para os *players*. De igual forma, a perspectiva de maior abertura da economia angolana ao investimento estrangeiro, proporcionará novas oportunidades de negócio ao sector bancário.

Banco Sol

2018, um ano com grandes desafios para o sector financeiro



Coutinho Nobre Miguel

Presidente do Conselho de Administração

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Embora a situação económica e financeira da economia angolana tenha sido um desafio para o mercado financeiro no ano em análise, o resultado do Banco Sol foi positivo na medida em que tivemos de adotar estratégias para o alcance com sucesso das metas e objectivos previstos no plano estratégico, garantindo o cumprimento dos rácios prudenciais, a inovação e melhoria de serviços, com vista à satisfação dos clientes.

O bom desempenho do banco, que registou um aumento de lucro de 26%, com uma expansão da actividade reflectida no crescimento do activo (liquido) de 21%, no valor de 396.782 milhões de Kwanzas, e um aumento da carteira de crédito concedido à economia, com um saldo de 189.006 milhões de AKZ, reflecte o aumento do número de clientes em 18% e da carteira de depósitos em 4%, com um valor de 289.039 milhões de Kwanzas, quando comparado com o ano de 2015.

De realçar no último ano: o lançamento de produtos para financiar os projectos de micro, pequenas e médias empresas; a abertura do centro de atendimento Private; a celebração do acordo com a Master Card, para o lançamento de novos serviços de transacções internacionais online; a aposta na formação de quadros a nível nacional e internacional, bem como na melhoria dos sistemas de gestão de risco, controlo interno, *compliance*, política de boa governação corporativa e gestão de risco; a abertura oficial da seguradora Sol Seguros e Sol Viagens; a distinção em Londres com o prémio Global Banking Finance Awards, da revista The European, como "o melhor banco comercial em Angola em 2016".

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

O actual contexto económico e cambial tem gerado enormes constrangimentos a todos os agentes relevantes da economia angolana, em particular ao mercado financeiro, na perspectiva de optimização de gestão da relação com os seus clientes, bem como ao BNA, na perspectiva de controlo do mercado e do cumprimento rigoroso das regras prudenciais, resultando também numa maior regulamentação das operações.

Esta realidade tem obrigado o Banco Sol a fazer elevados esforços de adaptação para dar uma resposta efectiva às exigências regulamentares e aos novos requisitos, de forma a servir com qualidade as necessidades dos seus clientes, apostando numa gestão criteriosa dos recursos em moeda estrangeira, procurando satisfazer de forma gradual e sistemática os clientes e priorizando os sectores estratégicos e estruturantes. Apostar na qualidade dos activos, de formas a obter retornos a médio prazo, bem como adoptar os mais altos padrões de relatos financeiros a nível mundial (IAS/IFRS).

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

Até 2018, daremos continuidade à execução do plano estratégico prurianual (2016-2020) do banco, com maior realce para os sete pilares estratégicos: assegurar o contínuo crescimento orgânico do banco; continuar a ser um banco líder em micro-crédito; continuar a investir no desenvolvimento do capital humano e incremento das acções de responsabilidade social; reforçar a solidez, robustez e resiliência do banco; ser um banco que aposta na diversificação dos seus activos e da economia, que apoia as famílias e as PME's; apostar na internacionalização, para a qual foram dados passos significativos na Namíbia, consubstanciada pela abertura de um banco de direito nacional, o "Solbank"; continuar a adequar os sistemas de controlo interno, gestão de risco, boas práticas de *compliance* e política de boa governação, de acordo com as exigências regulamentares nacionais e internacionais. 2018 será um ano com grandes desafios para o sector financeiro, sejam eles pelo contexto económico e cambial actual, seja pela necessidade de adequação dos procedimentos actuais às melhores práticas internacionais, sendo necessária a continua formação dos quadros nos novos pacotes regulamentares e a adequação da gestão aos requisitos exigentes de capital em obediência aos normativos prudenciais do sector.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

O desenvolvimento de qualquer economia está associado ao funcionamento eficiente do seu sistema financeiro. É o sistema financeiro que capta os recursos para o desenvolvimento de novos projectos e permite a continuidade dos já existentes. Daí a importância do papel da banca para a dinamização da economia, inclusão financeira, reforço e capacitação do tecido empresarial.

Tendo em conta a aposta do executivo na diversificação da economia, a banca deve continuar a apoiar as iniciativas ligadas às micro, pequenas e médias empresas, porque a experiência mundial mostra, de forma concludente, que estes segmentos de empresas constituem a espinha dorsal de qualquer economia, contribuem para o crescimento económico, com a criação de grande quantidade de postos de trabalho e para o aumento da produção nacional. Desta forma, somos parceiro do Executivo nos programas de fomento, promoção e consolidação empresarial, estamos comprometidos com a execução do programa Angola Investe e lançámos dois novos produtos destinados às PME's, o Sol Invest e o Sol Empreendedor.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

O sector bancário em Angola, apoiado na contínua tendência de "bancarização" da sua população, bem como no desenvolvimento de novos segmentos de negócio, produtos e serviços bancários, continua a apresentar-se como um dos sectores mais dinâmicos e com desafios crescentes. Assim sendo, para 2018 destacamos as seguintes tendências:

1. Maior aposta na inovação tecnológica de informação e na agilidade, que se traduz, num contexto de negócios, na capacidade de uma organização se adaptar rapidamente às mudanças exigidas pelo mercado, de forma produtiva e económica;
2. Expansão das plataformas de pagamento digital;
3. Digitalização de todos os processos e actividades;
4. Maior aposta nas PME's, de forma a contribuir para a diversificação da economia;
5. Visão externa no relacionamento com os clientes para garantir alinhamento com as preferências e necessidades;
6. Visão interna na infra-estrutura de suporte, direccionando a organização para a segmentação;
7. Maior rigor, integridade, segurança e reputação.

Standard Bank de Angola

Continuar a crescer, apostando nos jovens talentos angolanos



António Coutinho

Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Colocaria esta questão em duas vertentes. Numa primeira vertente, destacaria o desaceleramento do investimento estrangeiro, a subida da inflação, as taxas de juro altas e as poucas áreas para investir. Numa segunda vertente, mais relacionada com o banco, a disponibilidade de moeda estrangeira, permitindo que os nossos clientes continuassem a consolidar a sua actividade empresarial. Este facto esteve relacionado com a subida do preço do petróleo, dando origem a mais divisas no mercado.

Em termos globais, os últimos 12 meses foram bons para o banco. Como exemplo disso mesmo, foi o facto do Standard Bank de Angola ter recebido diversas distinções, que contribuem activamente para a nossa visibilidade no mercado local e internacional e para a alavancagem da nossa reputação junto dos analistas e do mercado financeiro em geral.

Em 2017, o banco recebeu os prémios: Global Finance - Best Treasury & Cash Management Provider in Angola 2017 / Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2017; Global Finance - Best Trade Finance Provider in Angola 2017 / Melhor Provedor de Trade Finance em Angola 2017; Global Finance - Best Investment Bank in Angola 2017 / Melhor Banco de Investimento em Angola 2017; Emeafinance - Best Investment Bank in Angola 2017 / Melhor Banco de Investimento em Angola 2017.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

A dinâmica do mercado faz com que encaremos estes momentos como um grande desafio e ao mesmo tempo uma oportunidade para revermos alguns aspectos da nossa estratégia, nomeadamente, na redução de custos, mas também no contínuo investimento das nossas competências técnicas, na introdução de novas tecnologias, no investimento e formação dos nossos colaboradores, considerando que são o activo mais importante. Tudo isto, sempre com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço de atendimento ao cliente.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

As principais metas e objectivos são: continuar a apostar na qualidade do serviço de atendimento ao cliente, nas novas tecnologias em particular nas digitais, fortalecendo a cultura organizacional do banco; continuar na linha da frente no que concerne às regras de *compliance*; apostar nos jovens talentos angolanos dentro e fora do banco.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

O papel da banca é de uma importância basilar para a diversificação da economia angolana. É sem dúvida um parceiro imprescindível para todos os actores do país. É o que mais contribui para as transacções e aplicações financeiras, tendo uma influência determinante na economia.

No caso concreto do Standard Bank de Angola, temos apoiado vários sectores de actividade, nomeadamente o mineiro e o energético, e vamos igualmente investir no sector agrícola, pois consideramos nevrálgico para o futuro do país. Motivado também pelo facto do Grupo Standard Bank ter uma grande experiência na alavancagem financeira e operacional de projectos de agricultura em diferentes regiões do continente africano. E, claro, continuar a satisfazer os múltiplos requisitos envolvidos na prestação de serviços bancários, financeiros, comerciais e de investimento, entre as pequenas, médias e grandes empresas em Angola.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Apontaria para a continuação da implementação das boas práticas da gestão bancária, sustentada por elevados princípios éticos e de transparência. Contudo, haverá grandes desafios, nomeadamente no que diz respeito à moeda estrangeira, alta inflação e o impacto que terá na concessão de crédito às famílias e empresas.

Standard Chartered Bank de Angola

Diversificar a carteira de clientes para aumentar o volume de negócios



Miguel Bartolomeu Miguel
Presidente da Comissão Executiva

Nos últimos 12 meses, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do Banco a que preside?

Os principais aspectos que gostaríamos de destacar são: o aumento da carteira de clientes e do volume de transacções consistentes com a estratégia de negócio e apetite ao risco; o alcance de um volume de receitas significativo, com impacto positivo sobre a margem financeira, contrário às projecções iniciais, que terá permitido atingir o *break-even*, um marco assinalável para o Standard Chartered Bank (SCB) Angola; a automação em torno dos 99% das instruções de clientes, implicando a redução significativa de intervenção manual nas transacções a processar pelo banco; a melhoria dos indicadores de controlo de risco, resultado da revisão periódica dos controlos implementados e da monitorização regular, por parte do comité de risco, no contexto de deteriorização ou inadequação aos processos subjacentes; a capacidade de atracção e retenção de talentos, bem como o aumento da percepção e adaptação do pessoal à cultura organizacional e ao modelo operacional do banco, assentes na gestão baseada no risco.

Qual a estratégia de actuação definida pelo Banco perante os desafios do actual contexto económico e cambial?

Estamos a rever a estratégia de negócio e a fazer uma monitorização periódica dos desvios em relação ao orçamento previsto, face às alterações adversas do ambiente de negócios, da redução do nível de actividade económica e de outros eventos externos, afinando por conseguinte os controlos e indicadores de risco. Por outro lado, tendo em conta a expectativa de crescimento do PIB bastante reduzida, em redor dos 1,3% para 2017 e 1,5% para 2018, de acordo com as projecções do FMI, antevemos que o recurso ao financiamento por parte do Tesouro Nacional continue a aumentar nos próximos tempos para fazer face aos investimentos públicos, às necessidades de liquidez do sector bancário angolano face à política monetária restritiva e à procura de maior eficiência no processamento das transacções interbancárias por parte dos agentes económicos. Neste contexto, o foco do SCB Angola consiste em atrair operações de clientes no sector das exportações, de forma a manter e aumentar a oferta de crédito documentário em função das restrições cambiais. Todavia, vamos continuar a diversificar a carteira de clientes para a captação de *funding* em moeda nacional, maximizando as oportunidades de concessão de crédito e operações no mercado monetário interbancário. Por fim, face ao contexto macroeconómico e às alterações regulamentares nacionais e internacionais, parte da estratégia mantém-se na maior automação dos processos e na digitalização dos produtos e serviços prestados, o que se traduz em ganhos de eficiência e em vantagens competitivas do nosso grupo bancário.

Quais são as principais metas e objectivos do Banco até 2018?

As principais metas e objectivos são: o aumento do volume de negócios proveniente do segmento *corporate* de média dimensão e do sector exportador; a diversificação da carteira de clientes para assegurar o crescimento do balanço por via do incremento dos investimentos em títulos e da concessão criteriosa de crédito; a melhoria de qualidade dos níveis de serviço prestado aos clientes; o reforço e aperfeiçoamento das medidas de controlo de risco numa lógica eminentemente preventiva; o investimento contínuo na formação com enfoque para aspectos de liderança e a promoção de uma maior exposição internacional dos nossos quadros.

Qual considera ser o papel da banca na dinamização da economia angolana e na inclusão financeira do tecido empresarial?

O papel da banca consiste na optimização e alocação eficiente dos recursos à sua disposição, quer sejam recursos tecnológicos, *know how* ou recursos financeiros, por via da sua captação e aplicação, de acordo com as necessidades de investimento e consumo da economia real. Porém, o sector bancário deve assegurar sempre as regras que fortalecem a credibilidade e confiança dos agentes económicos e entidades de regulação. A banca é chamada a participar activamente no processo de diversificação da economia, assegurando o cumprimento das medidas de política monetária e fiscal consentâneas com

vista à expansão do sector empresarial privado, resultando no aumento do nível de emprego e de oferta interna de bens e serviços e na redução do nível de importação e de dependência excessiva do exterior.

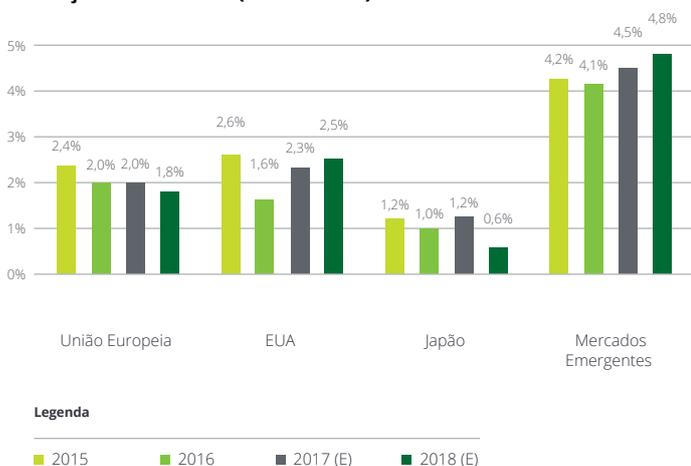
A inclusão financeira está intrinsecamente ligada às necessidades actuais da economia, particularmente ao elevado nível de informalização das actividades económicas, decorrente da fraca percepção dos agentes económicos sobre os riscos dos seus negócios e das vantagens proporcionadas pelo sistema bancário. É do senso comum e defendido pela generalidade dos actores políticos e gestores da banca que é fundamental que os bancos promovam a literacia financeira e optimizem os produtos e serviços para conseguirem atrair as transacções e os subjacentes fluxos financeiros fora do sistema bancário. Por conseguinte, devem actuar como parceiros junto das autoridades relevantes no combate ao branqueamento de capitais, na redução das práticas de corrupção e conflito de interesses que minam a competitividade e não contribuem para a manutenção da confiança e credibilidade junto dos seus clientes e credores.

Quais são as principais tendências da banca angolana para 2018?

Em primeiro lugar, a implementação e a consolidação da mudança de paradigma regulamentar do Banco Central, visando uma supervisão baseada no risco para aumentar a capacidade de controlo, em conformidade com as melhores práticas internacionais, e que deverão ser acompanhadas pelos bancos. Adicionalmente, a necessidade de resgatar a confiança e a credibilidade junto dos parceiros internacionais, sobretudo dos bancos correspondentes e das entidades de supervisão, em relação à maior conformidade com os requisitos de prevenção e combate ao abrigo do *Financial Crime Compliance* (FCC), desde 2016, tendo sido das principais preocupações e prioridades dos bancos angolanos e do Banco Central. Em termos de conformidade, sendo o ano de cumprimento estabelecido no novo pacote regulamentar de 2016, para os requisitos de fundos próprios de cobertura de riscos de mercado, operacionais e de crédito, atendendo às alterações de critério de cálculo, para a adopção plena das IAS/IFRS, bem como para os resultados da avaliação dos testes de stress até ao final de 2017, estes exigirão esforços adicionais de investimentos em tecnologia e formação especializada. Estes investimentos poderão requerer a injeção de capital adicional, para a qual concorre ainda o aumento das imparidades, consequência do crescimento bastante significativo dos *non performing loans*. No pior dos cenários, considerando não haver um crescimento económico significativo, poderão verificar-se fusões e aquisições no sector, movimento que se iniciou há cerca de 2 anos e que se prevê que continue nos próximos anos.

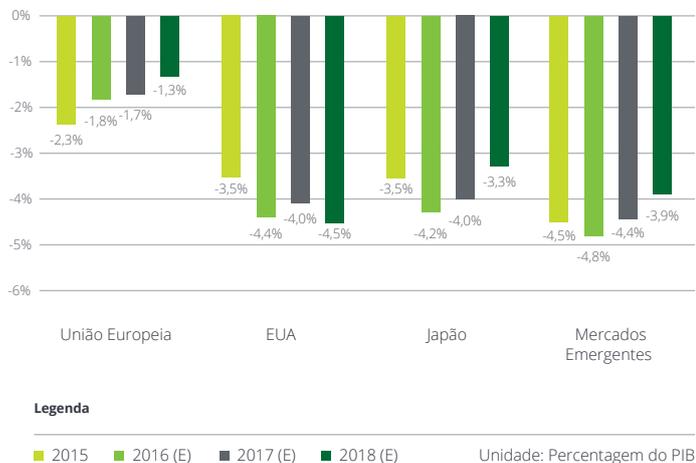
Enquadramento macroeconómico

Evolução do PIB real (2015 - 2018)



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Défices Públicos (2015 - 2018)



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Introdução

Durante o ano de 2017 têm vindo a ser observados sinais positivos quanto ao crescimento económico mundial. O aumento das taxas de juro por parte do FED, o aumento da inflação nas principais economias mundiais e a descida das taxas de desemprego nas economias desenvolvidas sugerem uma aceleração do crescimento económico mundial para 2017. Mantêm-se contudo grandes desafios para o futuro e as economias em desenvolvimento encontram-se ainda a emergir da recente crise mundial.

Relativamente às economias desenvolvidas, em 2016 registou-se um crescimento económico de 1,7%, que se perspectiva que se mantenha para 2017 e nos dois anos seguintes, segundo dados disponibilizados pelo FMI.

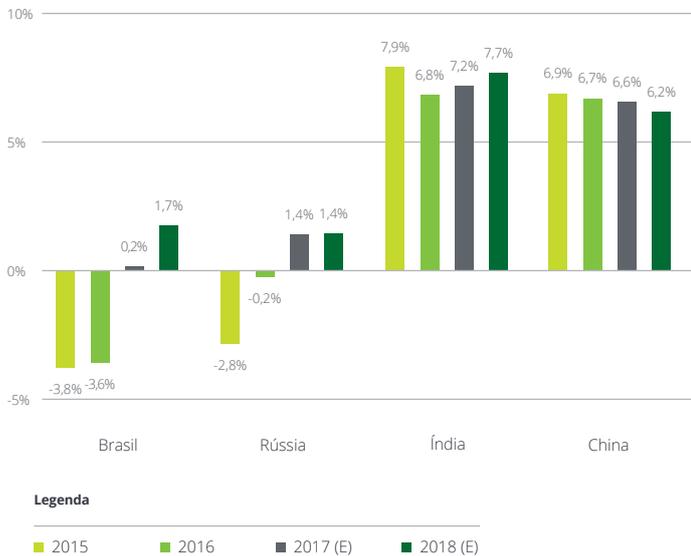
A economia da União Europeia apresentou um crescimento económico moderado, tendo atingido 2% em 2016. Segundo dados disponibilizados pelo FMI, este ritmo de crescimento deverá ser mantido em 2017.

O crescimento económico na ordem dos 2% tem sido acompanhado por um aumento do crédito concedido à economia por parte dos bancos, fomentado pelo Banco Central Europeu através de programas de refinanciamento de longo prazo. Paralelamente, têm sido feitas reformas no sentido da flexibilização do mercado laboral com efeitos, ainda que moderados, nas taxas de desemprego.

Não obstante estes factores positivos, a União Europeia depara-se com um conjunto de desafios. Destaca-se o processo de saída do Reino Unido da União Europeia que continuará a ser um entrave para a sua coesão nos próximos anos, apesar do discurso de união que tem sido proferido pelos líderes dos restantes 27 membros. Adicionalmente, deverá ser tida em conta a tensão gerada pela crise dos refugiados e o seu acolhimento nos mercados da Zona Euro.

Apesar de se verificar alguma instabilidade em termos de política doméstica e relações internacionais, a economia nos Estados Unidos da América continua a evidenciar um crescimento moderado, demonstrando um aumento global dos salários, uma descida da taxa de desemprego e um fácil acesso ao crédito que tem vindo a fomentar o consumo interno.

Evolução do PIB real nos BRIC (2015 - 2018)

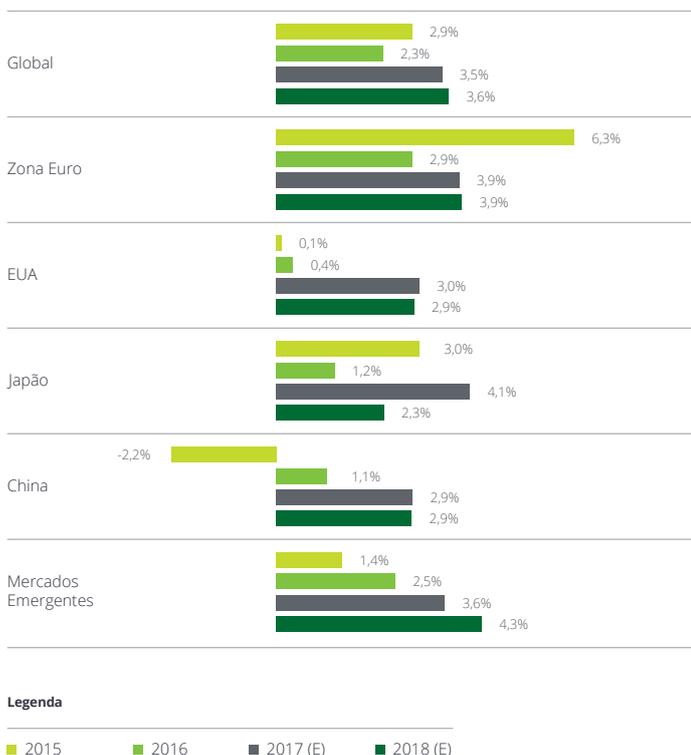


Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

O Produto Interno Bruto do Japão continua a demonstrar crescimentos residuais, sendo que as previsões do FMI apontam para um crescimento de 1,2% em 2017 e um desaceleramento para 0,6% em 2018. O Japão mantém como principal desafio ao crescimento económico sustentado a constante diminuição da sua força de trabalho, fruto do envelhecimento da sua população.

Relativamente às economias emergentes, e mais concretamente à evolução registada nos países que integram os BRIC, tem havido desempenhos divergentes nos últimos anos. Em 2015 e 2016, o Brasil e a Rússia apresentaram contracções das suas economias, prevendo-se contudo crescimentos positivos a partir de 2017. A Índia e a China, apesar de demonstrarem ligeiros abrandamentos no crescimento dos seus produtos internos brutos em 2016, continuaram a apresentar crescimentos acima dos 6 pontos percentuais. Ainda assim, para estas economias mantém-se a necessidade de aplicação de políticas que salvaguardem o crescimento no curto prazo bem como o aumento do potencial de produção e a gestão de vulnerabilidades existentes.

Comércio Mundial – Evolução de exportações (2015 - 2018)

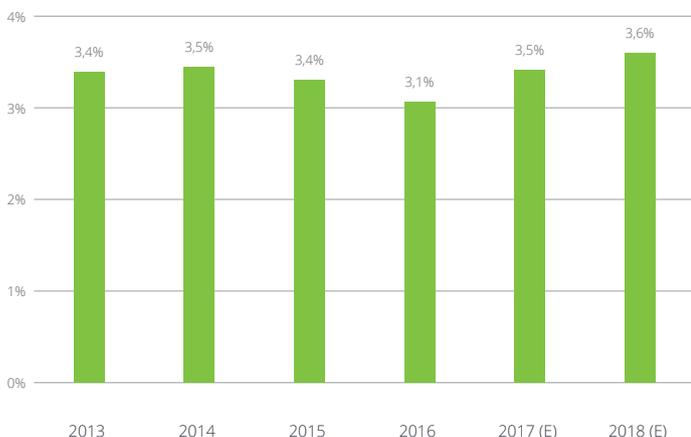


No que diz respeito à economia da China especificamente, esta apresenta sinais positivos, tais como o continuado investimento em infraestruturas e um aumento das exportações, derivado de uma recuperação económica global. Como desafios, mantêm-se a redução da dependência da economia da indústria pesada, o combate à especulação imobiliária e o sobre-endividamento do sector empresarial.

Em termos de evolução do comércio mundial, observou-se um crescimento das exportações nos mercados emergentes em 2016, contrariando desta forma a evolução das exportações a nível global que decresceu de 2,9% em 2015 para 2,3% em 2016.

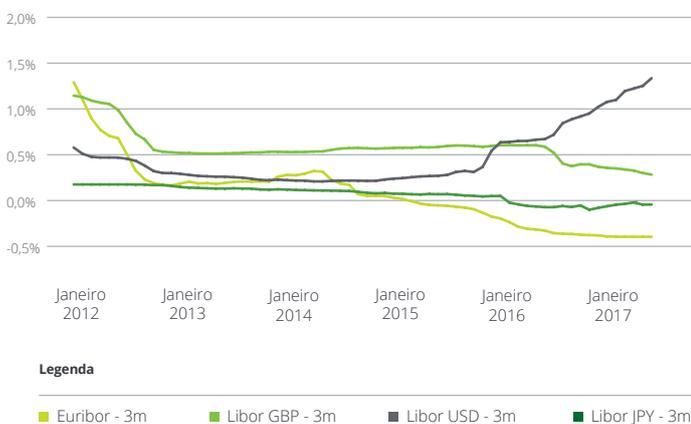
Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Evolução do PIB real mundial (2013 - 2018), total de 192 países



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Taxas de juro (2012 - 2017 YTD)



Fonte: BCE, Federal Reserve Economic Data, EMMI – European Money Markets Institute

Principais indicadores macroeconómicos

Produto Interno Bruto

Os constrangimentos que se continuaram a verificar nos mercados emergentes tiveram um impacto negativo no Produto Interno Bruto global que em 2016 registou um crescimento de 3,1%, um valor ligeiramente inferior ao registado nos dois últimos anos. No entanto, face à perspectiva positiva para os mercados emergentes e à estabilidade do crescimento das economias desenvolvidas, espera-se que a economia global em 2017 retome o seu crescimento e que aumente em 2018.

Segundo dados do FMI, em 2016 a concentração do produto interno mundial aumentou ligeiramente face ao nível observado em 2015, com as 10 maiores economias a representarem 67,4% do PIB mundial. Em 2017, perspectiva-se que este valor aumente para 67,7%.

As 5 maiores economias mundiais mantiveram-se face a 2015, sendo estas os Estados Unidos da América, a China, o Japão, a Alemanha e o Reino Unido.

Taxas de juro

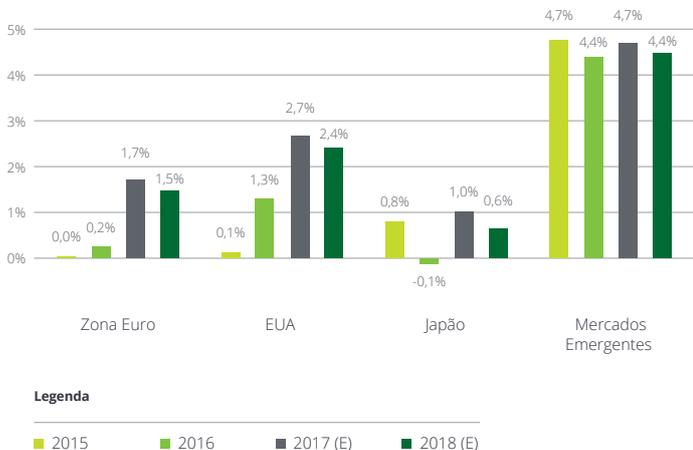
Os principais bancos centrais mundiais têm apresentado políticas monetárias diferenciadas para atenuar as dificuldades sentidas no contexto actual.

Relativamente à União Europeia, a Euribor a 3 meses encontra-se em terreno negativo desde Maio de 2015 e não se prevê que evolua para valores positivos no curto prazo. Prevê-se contudo que o BCE diminua gradualmente a compra de activos como método de estímulo económico para a Zona Euro.

Em Dezembro de 2015, a Reserva Federal aumentou a taxa de juro de referência pela primeira vez desde 2009, evidenciando deste modo a recuperação económica observada nos Estados Unidos da América. Nos primeiros 8 meses de 2017 a Reserva Federal voltou a aumentar a taxa de juro de referência em 3 ocasiões.

Tal como no ano anterior, no Japão não se prevê que o Banco Central esteja em condições de aumentar as taxas de juro de referência num futuro próximo. Mantém-se contudo o programa de estímulo monetário para fomentar a concessão de crédito com o objectivo de aproximar a taxa de inflação para valores perto dos 2%.

Taxa de inflação (2015 - 2018)



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

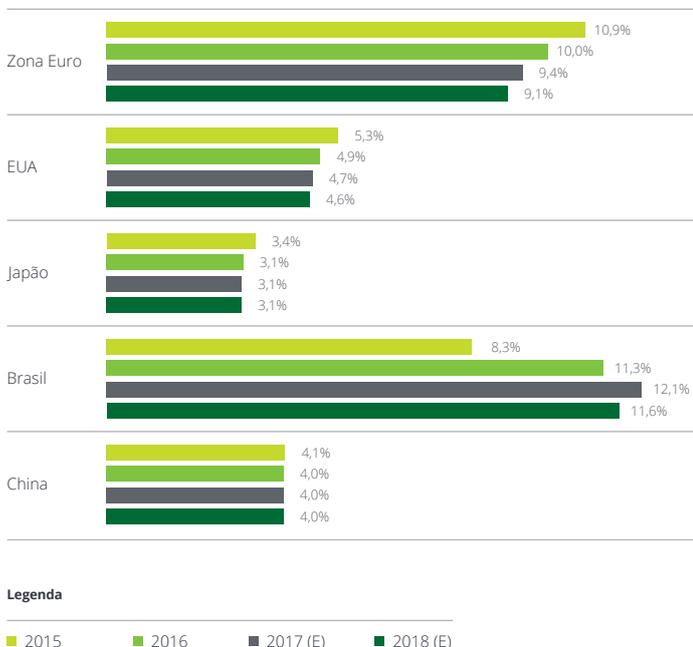
Taxa de inflação

Em 2016 registou-se um aumento da taxa de inflação na generalidade das economias desenvolvidas com excepção do Japão.

A média da taxa de inflação global nas economias desenvolvidas foi de 0,8% em 2016, aumentando face a 2015 em que se verificou uma taxa de inflação de 0,5%, a mais baixa desde a crise financeira. Este aumento da inflação deve-se em parte à subida do preço dos combustíveis e outros produtos relacionados com energia durante o ano de 2016. Contudo, a evolução positiva da taxa de inflação de base¹ em 2016 foi apenas residual e bastante inferior às taxas target definidas pelos principais bancos centrais dos países desenvolvidos, segundo informação do FMI.

Nos mercados emergentes, a ligeira subida da inflação só se verificará em 2017 já que o aumento dos preços dos combustíveis só agora está a compensar as depreciações cambiais que se verificaram em alguns destes países.

Taxa de desemprego (2015 - 2018)



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Taxa de desemprego

Observou-se uma correcção gradual da taxa de desemprego na Zona Euro, Estados Unidos da América e Japão, onde se registou em 2016 a taxa mais baixa dos últimos 20 anos, em virtude da trajectória de crescimento observada nas economias desenvolvidas de referência. Na China, registou-se uma ligeira descida da taxa de desemprego em 2016 e no Brasil um aumento em 3 pontos percentuais. Segundo dados disponibilizados pelo FMI, perspectiva-se a manutenção destes movimentos em 2017 e 2018.

A descida da taxa de desemprego nas principais economias desenvolvidas deveu-se essencialmente à implementação de reformas laborais que tiveram como objectivo o combate ao desemprego de longa duração e ao desemprego jovem.

¹ Contrariamente à inflação global, a inflação de base é ajustada à sazonalidade ou a produtos com maior volatilidade dos preços como produtos alimentares ou energia.

Evolução dos mercados accionistas (2015 - 2017 YTD)



Fonte: Bloomberg, MSCI

Mercados financeiros

Em 2015 verificou-se um abrandamento generalizado das taxas de valorização nos principais mercados accionistas, contrariado apenas pela Alemanha e Japão. Em 2016 não se observou uma tendência homogénea nos principais mercados accionistas mundiais, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na Alemanha, EUA (Nasdaq), Japão e África do Sul e um aceleração do crescimento bolsista no Reino Unido e EUA (Dow Jones). A China registou uma desvalorização acentuada do seu mercado bolsista em 2016.

A evolução global é captada pelo *MSCI All Country World Index*, um índice compósito constituído por empresas de 23 países desenvolvidos e 23 países em desenvolvimento. Embora este índice tenha abrandado em 2015, evidenciou uma recuperação em 2016, apresentando um crescimento anual de 8% e prevendo-se um crescimento de 12% para 2017.

A evolução positiva dos mercados accionistas é também acompanhada por um aumento das taxas de juro associadas às obrigações do tesouro das principais zonas económicas de referência, invertendo a entrada em terreno negativo na Alemanha e no Japão verificada em 2016.

Obrigações do Tesouro, 10 anos (2008 - 2017 YTD)



Fonte: Investing

Preço do Petróleo (2012 - 2017 YTD)



Fonte: US Energy Information Administration

Petróleo

O enquadramento mundial e especialmente as economias exportadoras de petróleo registaram consideráveis desequilíbrios a partir de Junho de 2014 quando se verificou uma descida abrupta do valor deste bem. Entre Junho de 2014 e Dezembro de 2015 o preço do Brent sofreu uma queda de 67%, passando o preço do barril de Brent de 111 USD para cerca de 37 USD. Este decréscimo teve subjacente um aumento da oferta de petróleo, uma menor procura e uma melhoria gradual da eficiência energética.

Esta redução do preço do petróleo manteve-se, embora a um ritmo mais lento do observado em 2014, até Janeiro de 2016, onde se começou a registar um aumento gradual do preço do petróleo que se tem mantido em 2017. A evolução positiva foi determinada por reduções na produção num conjunto relevante de países como Estados Unidos, Canadá e Nigéria.

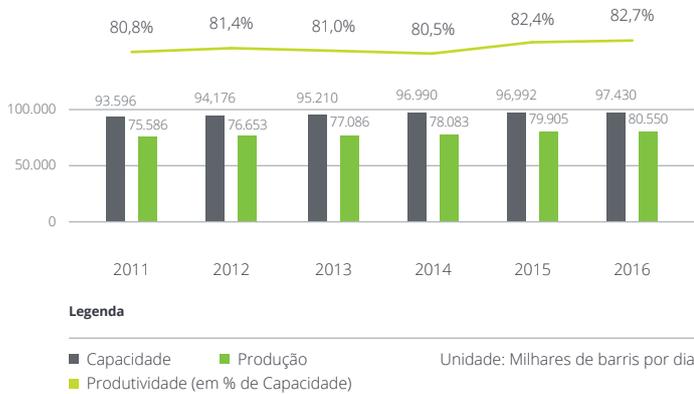
A evolução do preço do petróleo é determinada pelo comportamento das curvas de procura e oferta de petróleo mundiais sendo visível um estreitamento entre as curvas de procura e oferta a partir do primeiro trimestre de 2016.

Procura e Oferta de Petróleo Mundiais, média móvel de 1 ano (2013 - 2017 YTD)



Fonte: International Energy Agency

Capacidade e Produtividade das Refinarias Mundiais (2010 - 2015)

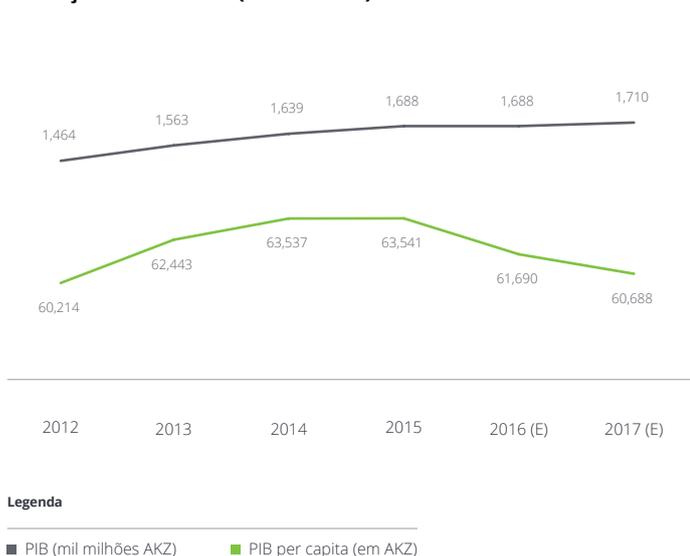


Tal como nos últimos anos, em 2016 registou-se um aumento da capacidade produtiva e da produção em refinarias a nível global. Destaca-se também uma maior produtividade, evidenciada pelo aumento da produção face à evolução da capacidade.

Fonte: BP – Statistical Review of World Energy, Junho 2017

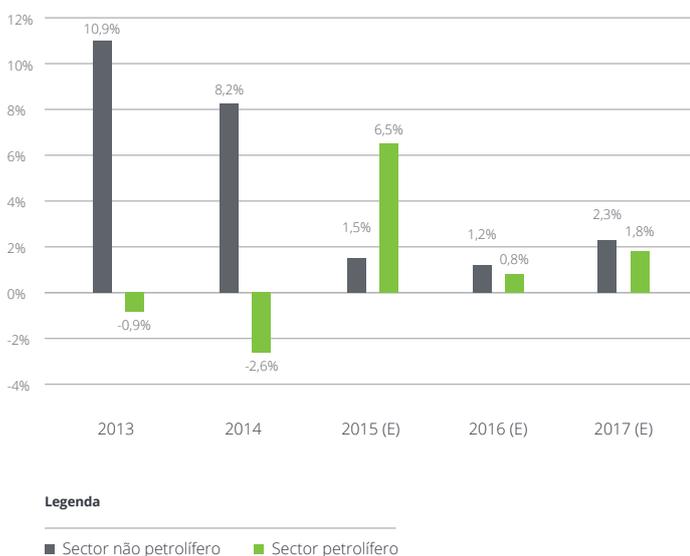
Enquadramento económico angolano

Evolução do PIB real (2012 - 2017)



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Evolução do PIB real petrolífero e não petrolífero (2013 - 2017)



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2017

Introdução

Angola registou em 2016 uma estagnação no crescimento do seu Produto Interno Bruto face a 2015. Em 2017 é perspectivado, segundo dados do FMI, o regresso a um crescimento moderado.

A desaceleração da taxa de crescimento do PIB em 2016 é explicada pela ainda significativa dependência da actividade petrolífera. Com o ajustamento do preço do petróleo, o governo de Angola registou uma diminuição nas suas receitas fiscais, diminuindo os seus investimentos e, conseqüentemente, a procura interna.

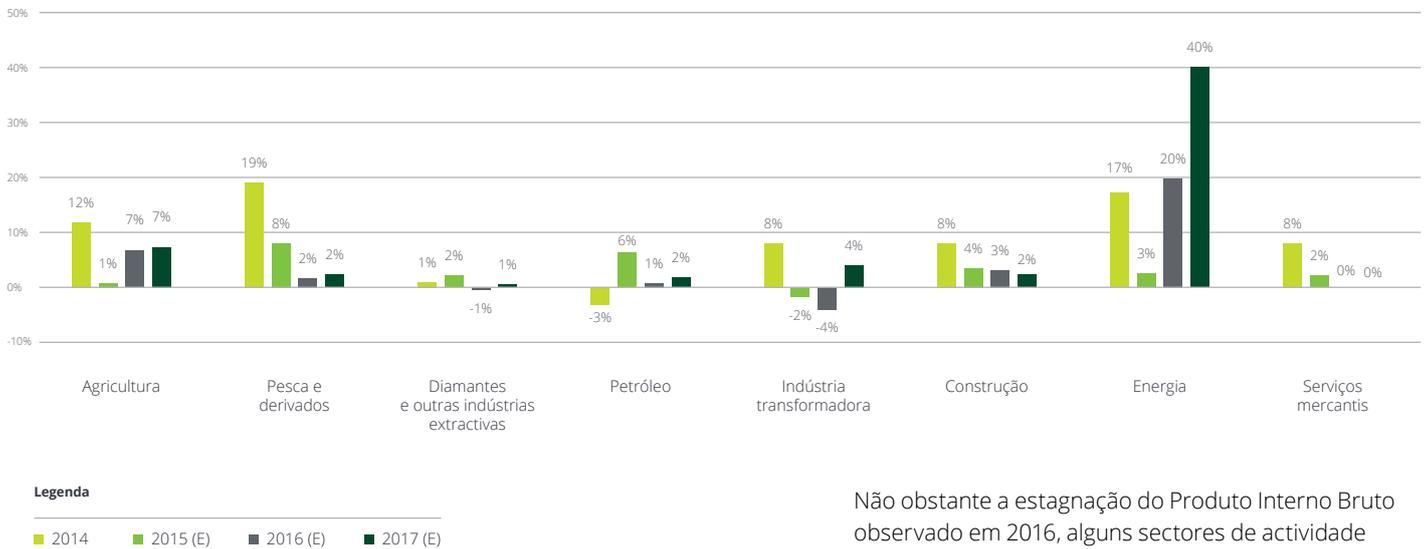
De acordo com o actual contexto macroeconómico, caracterizado pelo baixo preço do petróleo, é evidente a necessidade de continuar a implementar reformas que visem alcançar uma maior diversificação da actividade económica do país.

Principais indicadores macroeconómicos

Produto Interno Bruto

Em virtude da circunstância actual de baixos preços do petróleo no mercado internacional, registou-se uma desaceleração da economia angolana em 2016. Contudo, segundo a Proposta de Orçamento Geral do Estado, estão previstas para 2017 taxas de crescimento superiores às registadas no ano anterior para ambos os sectores, petrolífero e não petrolífero.

Evolução do PIB por sectores de actividade (2014 - 2017)

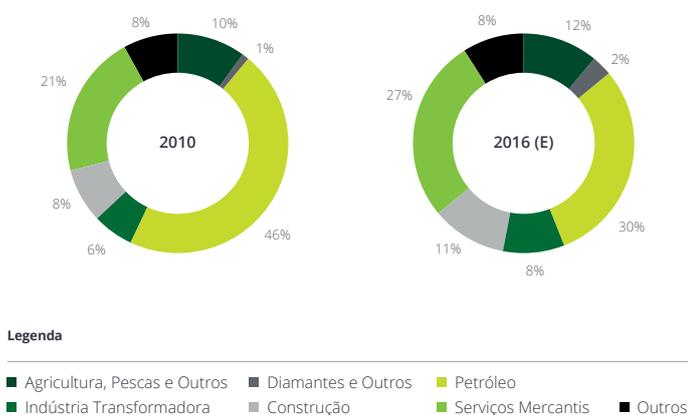


Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado Revisto 2016, Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2017

Não obstante a estagnação do Produto Interno Bruto observado em 2016, alguns sectores de actividade registaram evoluções positivas, destacando-se a melhoria da performance dos sectores da agricultura (7%) e energia (20%).

Entre outros factores que contribuíram para a deterioração do crescimento económico de Angola, importa referir o decréscimo do consumo privado e investimento público, a escassez de divisas e a dificuldade na obtenção de crédito bancário.

Estrutura da economia (2010 - 2016)



Fonte: Relatório e Contas BNA 2011 e 2015

Estrutura da economia

Sendo uma das necessidades e prioridades para o alcance da sustentabilidade do crescimento em Angola, a diversificação da actividade económica ao longo dos últimos anos é evidente.

Esta evidência é comprovada pela redução do peso do sector petrolífero na estrutura da economia durante os últimos anos.

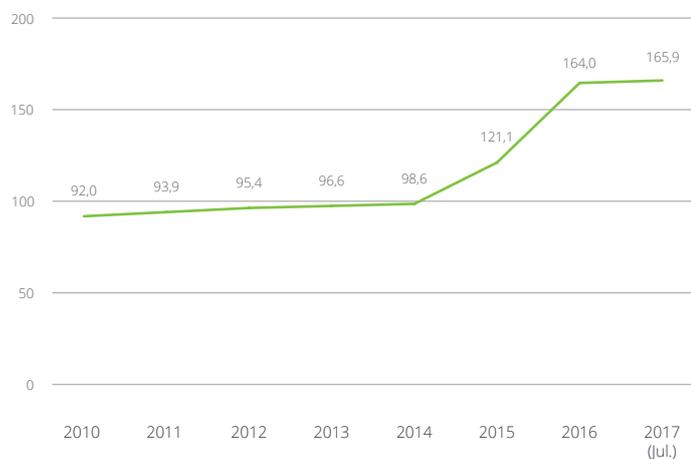
Contudo, torna-se imperativo a continuidade deste processo de diversificação, aproveitando os recursos e oportunidades que Angola detém e que proporcionem uma menor exposição à actividade petrolífera.

Taxa de inflação homóloga de Angola (2009 - 2018)



Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

Taxa de câmbio (2010 - 2017 YTD)



Legenda

Taxa de câmbio: AKZ/ USD

Fonte: BNA

Taxa de inflação

Apesar de se ter mantido a tendência de aumento da taxa de inflação registada em 2015, o ritmo de aumento dos preços foi mais acentuado em 2016, estimando que tenha atingido 32,4%. Segundo dados disponibilizados pelo FMI, perspectiva-se uma diminuição da taxa de inflação para 2017 e 2018.

A desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte americano levou a um aumento do custo das importações. Adicionalmente, a despesa pública e a recuperação parcial dos preços globais dos produtos contribuíram para o aumento da taxa de inflação verificada em 2016.

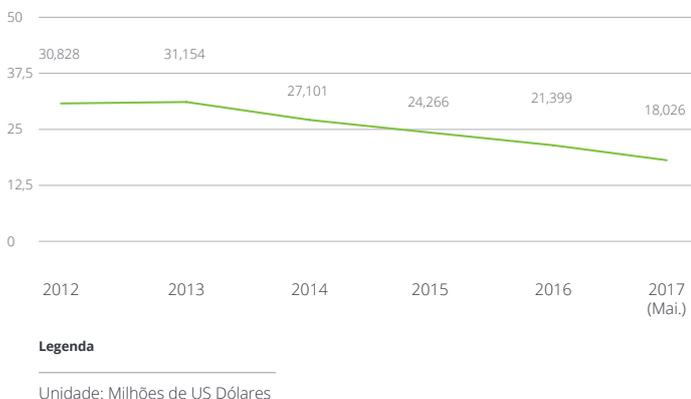
As tendências perspectivadas pelo FMI para 2017 e 2018 são justificadas com o anúncio do governo sobre a implementação de medidas para combater a inflação, como a introdução de limites de preços em alguns bens e a definição de um novo regime de tarifação aduaneira que reduza os direitos de importação sobre produtos alimentares e outros.

Taxa de câmbio

Tal como registado em anos anteriores, também em 2016 se observou uma desvalorização cambial, sendo esta desvalorização tão acentuada quanto a observada em 2015. Contudo, nos primeiros 7 meses de 2017 verificou-se um controlo substancial da taxa oficial do Kwanza face ao Dólar norte americano, tendo esta mantido os mesmos valores desde Dezembro 2016.

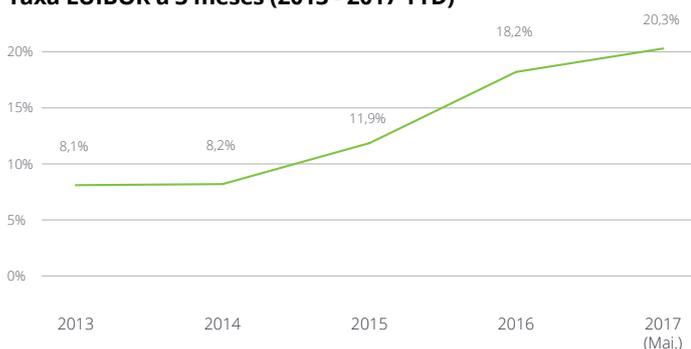
Contudo, a escassez de Dólares norte americanos é uma realidade e a diferença cambial entre o mercado oficial e o mercado paralelo continua a ser substancial. A capacidade do BNA de suportar o Kwanza através de intervenções no mercado dependerá do nível de reservas internacionais disponíveis.

Reservas internacionais líquidas (2012 - 2017 YTD)



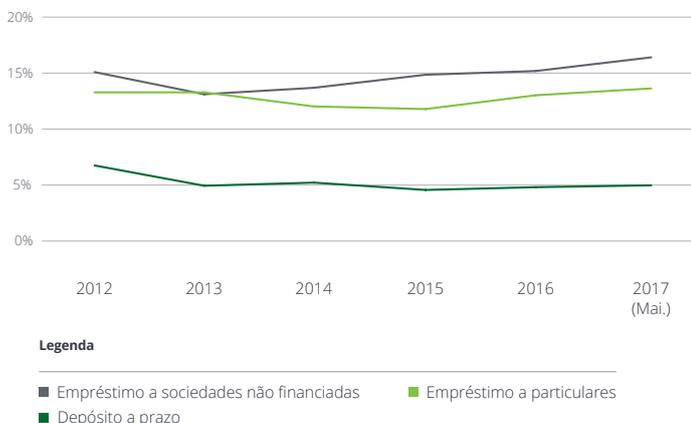
Fonte: BNA

Taxa LUIBOR a 3 meses (2013 - 2017 YTD)



Fonte: BNA

Taxa de Juro (2012 - 2017 YTD)



Fonte: BNA

Reservas internacionais líquidas

De acordo com a tendência observada desde Setembro de 2013, as reservas internacionais líquidas continuaram a diminuir até 2016. Esta quebra verificou-se também nos primeiros cinco meses de 2017.

Com o objectivo de reduzir a escassez de moeda estrangeira, o governo continua a manter um conjunto de medidas implementadas em 2015 para a manutenção favorável de reservas externas. Estas medidas incluem a introdução de critérios de prioridade no acesso a divisas, alteração das regras operacionais das casas de câmbio e redução da quantidade máxima permitida de moeda transportada para o exterior do país.

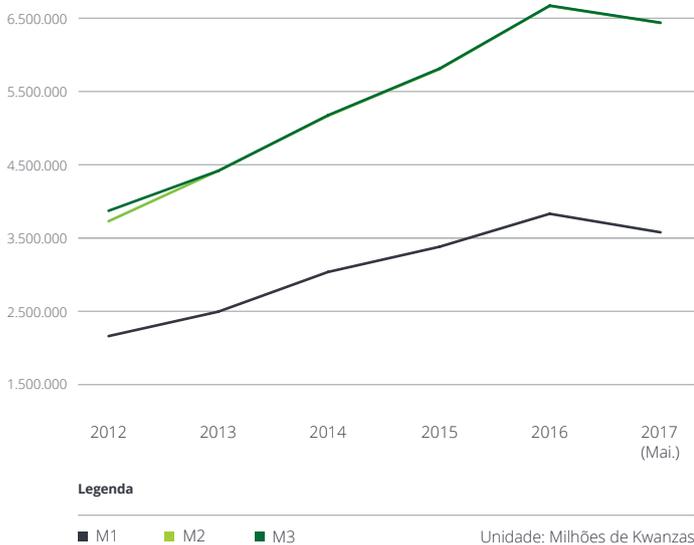
Taxas de juro

De acordo com o Ministério das Finanças, em resposta ao aumento da inflação e às condições monetárias que permanecem menos favoráveis, o BNA procedeu ao ajustamento das taxas directoras do Banco Central, aumentando a taxa BNA (12% em Janeiro) para 16%, ao ano, em Junho de 2016. Consequentemente, observaram-se também aumentos na taxa de cedência de liquidez dos bancos.

A formação das taxas de juro do mercado monetário interbancário são influenciadas por este tipo de instrumentos que tiveram um papel determinante no aumento da taxa LUIBOR em 2016.

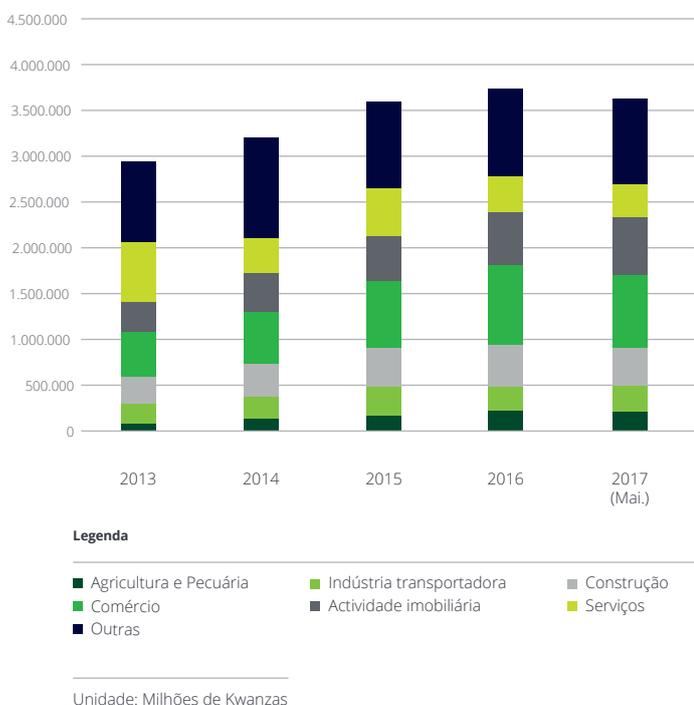
Prosseguindo a tendência crescente observada em 2015, também em 2016 verificou-se uma ligeira subida da taxa de juro de empréstimos a sociedades não financeiras, bem como a particulares. Por sua vez, os depósitos a prazo mantiveram-se relativamente estáveis.

Massa Monetária (2012 - 2017 YTD)



Fonte: BNA

Crédito à economia por sector de actividade (2013 - 2017 YTD)



Fonte: BNA

Massa Monetária¹

Em 2016, verificou-se um aumento da massa monetária de 14% face ao valor registado em 2015. A variação dos diferentes agregados monetários registou alguma homogeneidade com variações de 12% no agregado M1 e 14% nos agregados M2 e M3.

Em sentido inverso ao observado nos últimos anos, de acordo com o BNA registou-se nos primeiros 5 meses de 2017 uma redução da massa monetária.

Crédito à economia por sector de actividade

Apesar de se ter mantido a tendência de crescimento do crédito concedido à economia observada nos últimos anos, o ritmo de crescimento foi menos acentuado em 2016, tendo sido observado um aumento de 4% face ao valor registado em 2015.

O sector da Agricultura e Pecuária foi o que registou um maior aumento na concessão de crédito em 2016, com um aumento de 30% face a 2015. Ainda assim, tal como verificado em 2015, o sector do comércio continuou a ser a rubrica com maior expressão em 2016, tendo registado um peso de 23% no total dos empréstimos concedidos.

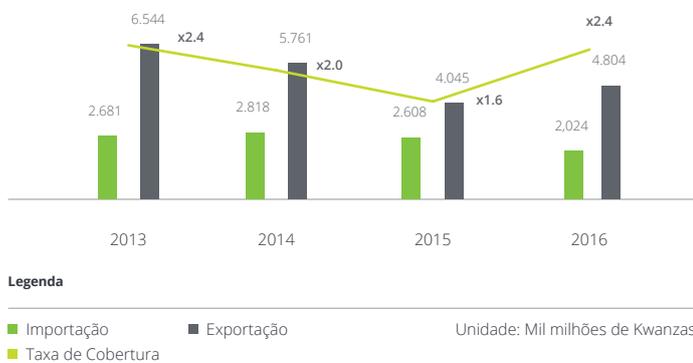
¹ A Massa Monetária é composta por M1, M2 e M3:

M1 (Moeda): compreende as notas e moedas em poder do público, mais os depósitos à ordem de empresas, de particulares e do governo local, em moeda nacional e moeda estrangeira.

M2 (Moeda + quase Moeda): M1 + os depósitos a prazo das empresas e de particulares, em moeda nacional e estrangeira, mais outras obrigações em moeda estrangeira de empresas e particulares.

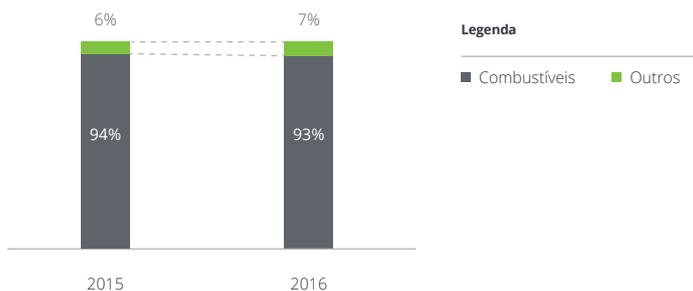
M3 (Meios de Pagamento): M2 + Outros Instrumentos Financeiros, representados pelos títulos do banco central em poder de entidades privadas, mais os Empréstimos e Acordos de Recompra, quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira, dos particulares e das empresas não financeiras privadas.

Balança Comercial (2013 - 2016)



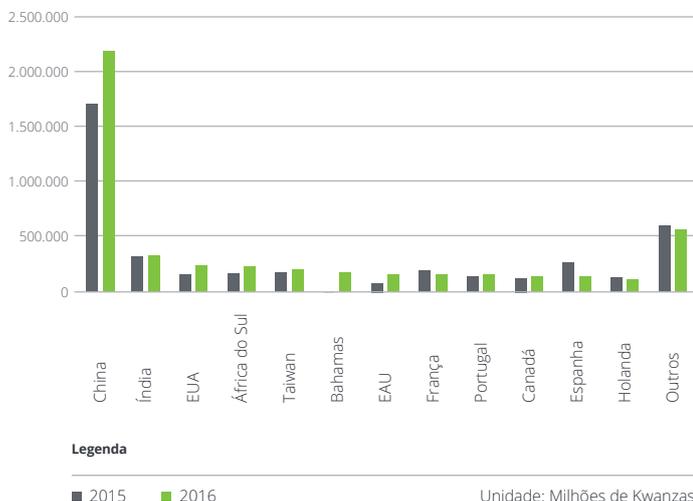
Fonte: INE – Anuário Estatístico do Comércio Externo 2014, 2015 e 2016

Exportações por Grupos de Produtos (2015 - 2016)



Fonte: INE – Anuário Estatística de Comércio Externo 2016

Exportações por Principais Parceiros (2015 - 2016)



Fonte: INE – Anuário Estatístico do Comércio Externo 2016

Balança Comercial

A balança comercial manteve um saldo positivo, aumentando de 1.437 mil milhões de Kwanzas em 2015 para 2.779 mil milhões de Kwanzas em 2016. Esta evolução deve-se ao aumento de 19% do volume de exportações e diminuição de 22% das importações. Relativamente à taxa de cobertura, esta aumentou 53%, passando de 155% em 2015 para 237% em 2016.

Devido ao peso do sector petrolífero no Produto Interno Bruto, as exportações são maioritariamente combustíveis e derivados, representando 93% do total das exportações em 2016, um ponto percentual abaixo do registado no ano transacto.

Por outro lado, os principais bens importados em 2016 foram máquinas, equipamentos e aparelhos (25%), bens agrícolas (10%) e metais comuns (10%).

Dado o peso da China na economia Angolana, regista-se um elevado grau de exposição ao mercado chinês. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, relativamente ao destino ou origem das transacções, a China é o principal parceiro comercial de Angola, representando 52% das exportações em 2016. Quanto às importações, estas são mais diversificadas, sendo Portugal (15%) e China (13%) os países de onde provieram mais produtos, tal como se sucedeu em 2015.

Considerações finais e perspectivas futuras

Apesar de em 2016 se ter verificado um ligeiro aumento do preço do petróleo, os baixos preços deste bem continuaram a marcar o contexto económico de Angola, contribuindo para uma redução do investimento público, escassez de divisas e consequente dificuldade no acesso a alguns produtos. Estima-se ainda que a taxa de inflação tenha atingido em 2016 o valor mais elevado dos últimos anos.

De igual forma, a dificuldade na obtenção de crédito bancário, bem como o decréscimo do consumo privado e do investimento público contribuíram para a estagnação do Produto Interno Bruto de Angola em 2016.

A balança comercial por seu lado alargou o saldo positivo face a 2015, tendo-se assistido a um aumento das exportações em 2016, invertendo desta forma a tendência negativa verificada nos últimos anos.

Para 2017 prevê-se uma retoma do crescimento económico, devendo registar-se um crescimento moderado até 2021. A inflação por seu lado é expectável que diminua em 2017 e que estabilize nos anos seguintes.

Adicionalmente, de acordo com o Ministério das Finanças, Angola poderá voltar a financiar-se nos mercados internacionais através de um decreto que aprova a emissão de títulos de dívida soberana na forma de Eurobonds, tendo sido autorizada uma emissão até 2 mil milhões de Dólares norte americanos. A primeira emissão deste género aconteceu em Novembro de 2015, quando o Estado angolano emitiu um total de 1,5 mil milhões de Dólares norte americanos.

Na Proposta de Orçamento Geral do Estado de 2017 são referidos como objectivos para o sector real da economia a intensificação do processo de diversificação e modernização da economia, estando previstos o lançamento de programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação e telecomunicações. Encontra-se igualmente prevista a estruturação do circuito mercantil interno e a promoção dos produtos exportáveis do sector não-petrolífero.

É expectável que o novo Executivo continue o caminho de adaptação da economia à realidade dos baixos preços do petróleo e prossiga com a implementação de reformas estruturais que visem alcançar uma maior diversificação da actividade económica do país.

Estudo da Banca em Análise 2017

Figura 1 – Bancos em actividade em 2016

Sigla	Nome	Ano de Início de actividade
BPC	Banco de Poupança e Crédito	1976
BCI	Banco de Comércio e Indústria	1991
BCGA	Banco Caixa Geral de Angola ***	1993
BFA	Banco de Fomento Angola ***	1993
BAI	Banco Angolano de Investimentos ***	1997
BCA	Banco Comercial Angolano ***	1999
BSOL	Banco Sol ***	2001
BE	Banco Económico (***) (****)	2002
KEVE	Banco Regional do Keve	2003
BMF	Banco BAI Microfinanças	2004
BIC	Banco BIC ***	2005
BNI	Banco de Negócios Internacional ***	2006
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola	2006
BANC	Banco Angolano de Negócios e Comércio	2007
VTB	Banco VTB – África ***	2007
FNB	Finibanco Angola ***	2008
BKI	Banco Kwanza Investimento	2008
BCH	Banco Comercial do Huambo	2010
SBA	Standard Bank de Angola ***	2010
BVB	Banco Valor	2010
SCBA	Standard Chartered Bank de Angola ***	2014
YETU	Banco YETU	2015
BIR	Banco de Investimento Rural	2015
BPG	Banco Prestígio	2015
BCS	Credisul – Banco de Crédito do Sul	2015
BMAIS	Banco Mais (**) (****)	2015
BPT	Banco Postal, S. A. ****	2016
ATL	Banco Millennium Angola (*) (***)	2016

* Em 2016, o Banco Millennium Angola (com data de início de actividade em 1993) e o Banco Privado Atlântico (com data de início de actividade em 2006) fundiram-se, dando origem ao Banco Millennium Atlântico.

** Anteriormente designado Banco Pungo Andongo.

*** O Banco adoptou as Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (IAS/IFRS) com referência a 2016.

**** Entidades para as quais não foram obtidas demonstrações financeiras e por este motivo não consideradas no Estudo.

Fonte: BNA-Lista de instituições autorizadas

Figura 2 – Bancos sem actividade iniciada em 2016

Sigla	Nome
ECO	Ecobank de Angola
BOCLB	Banco da China - Sucursal em Luanda

Fonte: BNA-Lista de instituições autorizadas

Bases de Preparação do Estudo

A análise do sistema financeiro resulta da compilação da informação pública disponibilizada pelos Bancos que actuam no mercado angolano e pelo Banco Nacional de Angola (BNA). Para efeitos de comparação, foram também recolhidos alguns dados referentes a outros mercados, nomeadamente o português, norte americano, sul-africano e nigeriano.

Os valores agregados, salvo quando expressamente mencionado, resultam da informação do sistema bancário angolano disponibilizada pelo Banco Nacional de Angola.

O presente estudo inclui informação dos Bancos a operar em Angola durante o ano de 2016, com a excepção do Banco Económico, Banco Mais e Banco Postal, devido à indisponibilidade da informação das respectivas Demonstrações Financeiras, e do Banco Kwanza Investimento, por este considerar que a actividade que tem desenvolvido não é comparável com aquela praticada pelos restantes operadores do mercado. Contudo, foram considerados os volumes destes Bancos na apresentação da informação consolidada do sector, mediante a informação agregada do sector bancário disponibilizada pelo BNA.

Os Bancos a operar em Angola em 2016 eram os constantes na Figura 1. Adicionalmente, na Figura 2 constam os Bancos já autorizados pelo BNA a operar em Angola, mas sem actividade iniciada. Ao longo do Estudo, são apresentados vários rankings relacionados com a informação financeira dos Bancos. Dado que os Bancos identificados na Figura 1 adoptaram as IAS/IFRS durante o exercício de 2016, gostaríamos de reiterar que este facto pode levar a uma comparação entre dois referenciais contabilísticos distintos (CONTIF e IAS/IFRS), com as respectivas limitações associadas. De modo a minimizar esta limitação será apresentada em anexo ao Estudo a informação segregada por referencial contabilístico. Adicionalmente, os valores apresentados referentes ao exercício de 2015 foram retirados dos Relatórios e Contas com referência a 2015, não tendo sido considerados os saldos reexpressos de 2015 presentes nos Relatórios e Contas com referência a 2016 dos Bancos que adoptaram as IAS/IFRS durante o exercício de 2016.

Por último, salientamos que durante o exercício de 2016 foi finalizado o processo de fusão entre o Banco Privado Atlântico e o Banco Millennium Angola, dando origem ao Banco Millennium Atlântico. Neste contexto, os dados financeiros apresentados referentes ao exercício de 2016 já reflectem a referida fusão e, em virtude deste facto, não são directamente comparáveis com os dados financeiros referentes ao exercício de 2015.

Introdução

O ano de 2016 continuou a ser marcado por um ambiente macroeconómico desfavorável para os países exportadores de petróleo, nos quais Angola se inclui, mantendo-se desta forma grandes desafios para as instituições financeiras nacionais. A queda do preço do petróleo e consequente fragilidade do kwanza face ao dólar tem forçado o aumento da taxa de inflação, após vários anos em que se verificou uma estabilização do nível geral dos preços. Este aumento de preços acentuou-se em 2016, estimando-se que a taxa de inflação tenha atingido os 32,4%¹.

Face a este contexto, o BNA tem assumido uma política monetária de carácter restritivo, tendo aumentado a taxa de juro de referência em três ocasiões durante o ano de 2016, passando de 11% para 16%. Adicionalmente, o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional para os Bancos sofreu um novo aumento por parte do BNA, passando de 25% para 30%.

Adicionalmente, 2016 foi também marcado pelo início do processo de adopção das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro ("IAS/IFRS") por parte das instituições financeiras do sector bancário, o que deverá permitir no futuro uma maior comparabilidade entre as demonstrações financeiras das várias instituições.

Meios Electrónicos de Pagamento

Em 2016, a utilização de Meios Electrónicos de Pagamento no mercado nacional manteve a tendência crescente. O número de Cartões Multicaixa Activos² aumentou de aproximadamente 3,4 milhões em 2015 para 3,6 milhões em 2016. No entanto verificou-se uma diminuição dos Cartões Multicaixa Válidos³, de cerca de 4,7 milhões em 2015 para 4,6 milhões em 2016.

No que concerne à Rede de Terminais, o número de Caixas Automáticas (ATM) e Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um crescimento de 5% e 10%, respectivamente. O número de ATM aumentou de 2.776 em 2015 para 2.911 em 2016 e o número de TPA cresceu para 67.496 terminais em 2016 face a 61.496 em 2015.

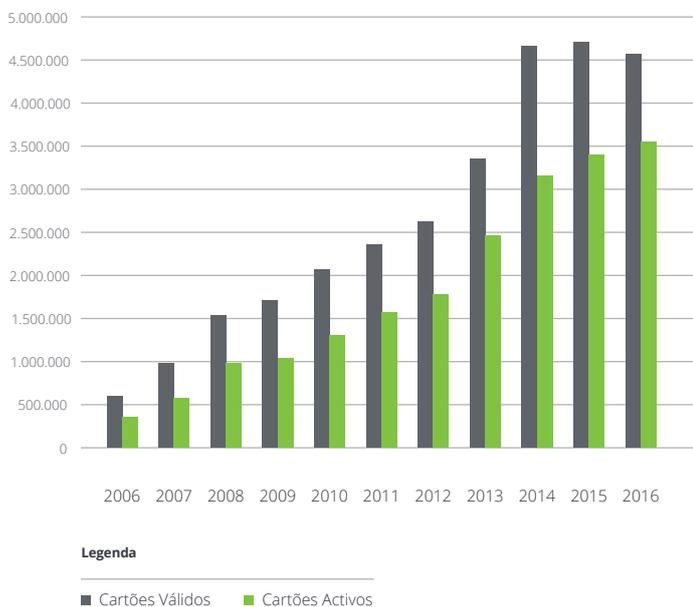
Relativamente ao número de transacções, em 2016 registou-se um crescimento global de 18% face a 2015, sendo que as transacções realizadas em ATM cresceram 11% e as transacções efectuadas em TPA cresceram aproximadamente 41%.

¹ Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2017

² Cartões Multicaixa Activos: cartões que apresentem pelo menos uma utilização.

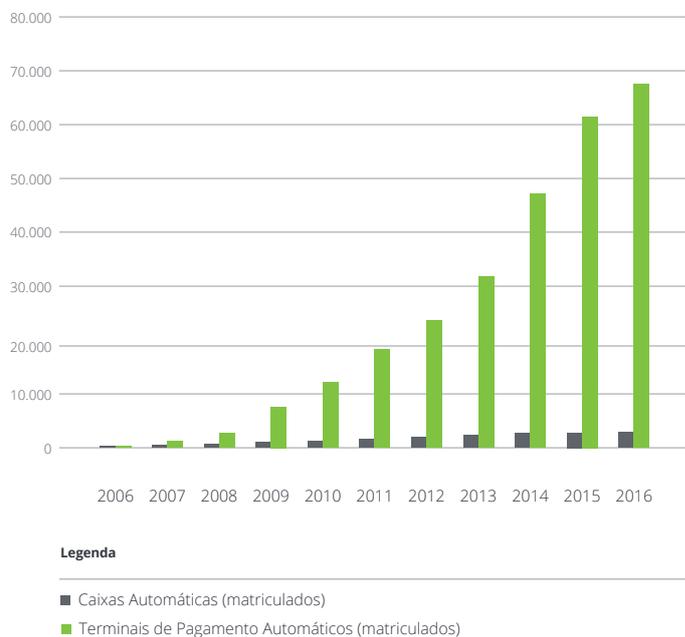
³ Cartões Multicaixa Válidos: cartões emitidos que estão dentro do prazo de validade.

Figura 3 – Cartões Multicaixa



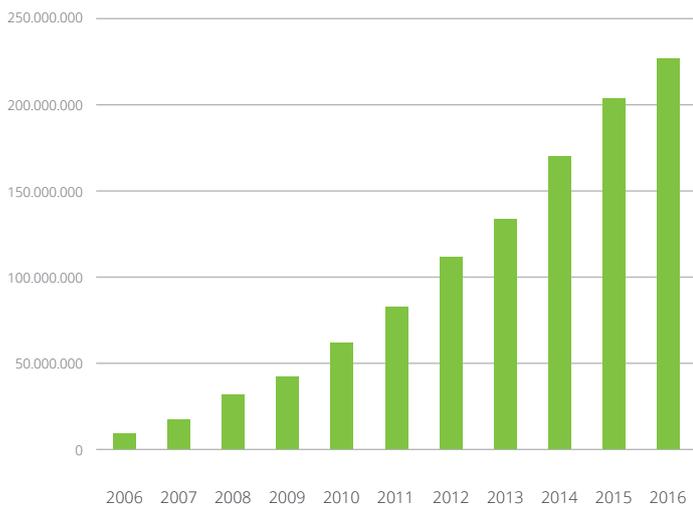
Fonte: Empresa Interbancária de Serviços

Figura 4 – Rede de Terminais



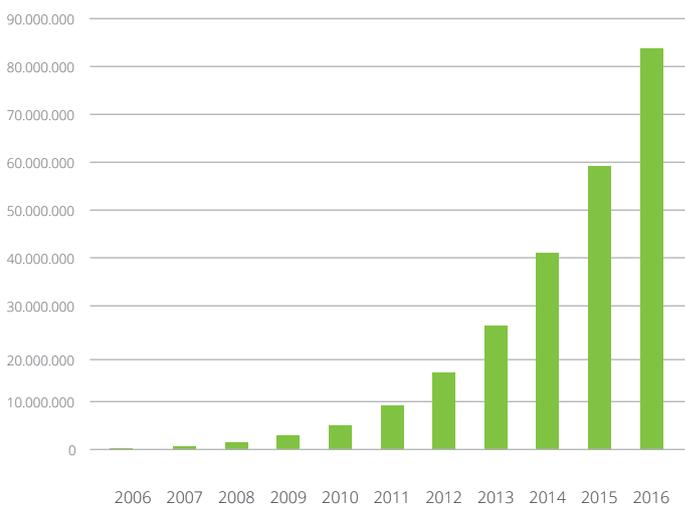
Fonte: Empresa Interbancária de Serviços

Figura 5 – Transacções de ATM



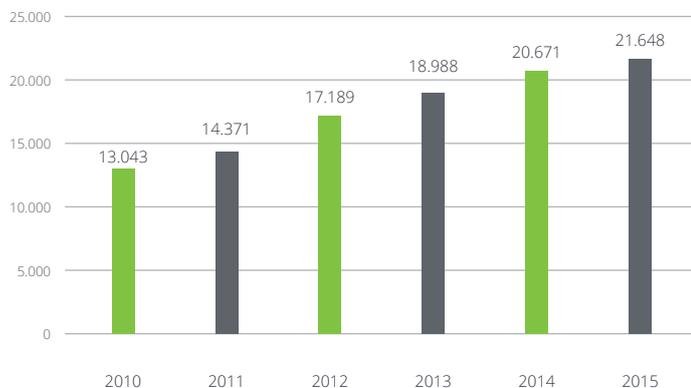
Fonte: Empresa Interbancária de Serviços

Figura 6 – Transacções de TPA



Fonte: Empresa Interbancária de Serviços

Figura 7 – Evolução do número de colaboradores



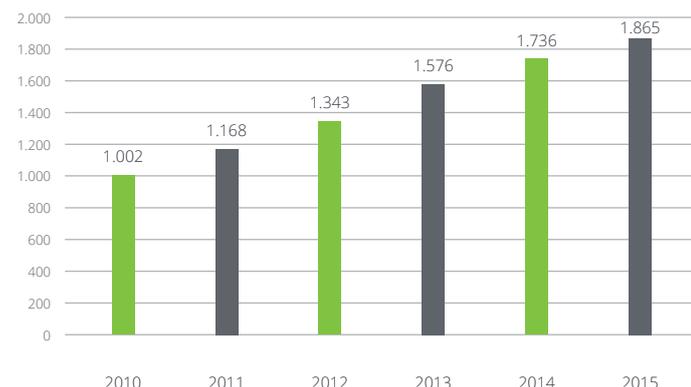
Fonte: ABANC

Balcões e Colaboradores

Em 2015, verificou-se um ligeiro aumento de 5% (de 20.671 colaboradores em 2014 para 21.648 colaboradores em 2015) do número de colaboradores afectos ao sector bancário. O número de balcões também aumentou, verificando-se um crescimento de 7% (de 1.736 balcões em 2014 para 1.865 balcões em 2015).

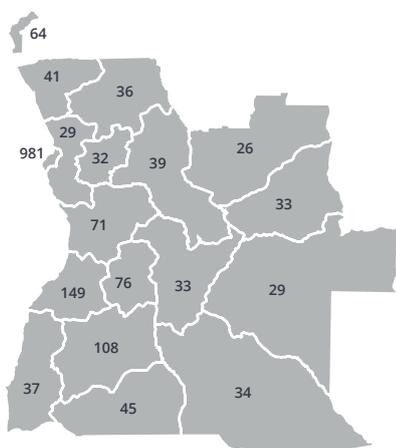
Tal como se pode verificar pela Figura 9 que reflecte a dispersão geográfica dos balcões existentes em 2015, as províncias de Luanda (53%), Benguela (8%) e Huíla (6%) são as que apresentavam mais balcões.

Figura 8 – Evolução do número de balcões



Fonte: ABANC

Figura 9 – Dispersão geográfica dos balcões em 2015



Fonte: ABANC

Nota prévia à informação financeira do sector bancário a apresentar

Processo de adopção plena das IAS/IFRS

Durante o exercício de 2013, o Banco Nacional de Angola deu início ao processo de adopção plena das IAS/IFRS, tal como emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), visando a integração da República de Angola no conjunto de países que exigem/permitem a aplicação das IAS/IFRS e promovendo, entre outros aspectos, o cumprimento das recomendações das Instituições Financeiras internacionais (nomeadamente, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), uma maior comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras dos Bancos no mercado internacional e a melhoria contínua da informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras.

Para o efeito, o BNA realizou um levantamento dos temas de maior relevância para o sector bancário e/ou que apresentavam maiores divergências entre o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF) e as IAS/IFRS, tendo este levantamento resultado na publicação de um conjunto de normativos que visaram servir como guias de implementação prática. Neste sentido, foi publicado o Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho (Aviso n.º 06/2016), sobre a adopção plena das IAS/IFRS que estabelece os princípios gerais a serem observados neste processo, que determinou igualmente que a adopção das IAS/IFRS será efectuada por referência, não sendo, por conseguinte, necessária a reprodução das IAS/IFRS na regulamentação emitida pelo BNA, ou a realização de um qualquer processo de endosso destas Normas pelo BNA, tendo sido vedada aos Bancos a adopção antecipada das IAS/IFRS e/ou das interpretações emitidas pelo IASB antes das respectivas datas de entrada em vigor.

Adicionalmente, o Aviso n.º 06/2016 definiu um calendário faseado para o processo de adopção plena das IAS/IFRS pelos Bancos, o qual tem subjacente de um conjunto de critérios que podiam ou não resultar na adopção plena das IAS/IFRS pelos Bancos no exercício de 2016, designadamente:

- Bancos com um total de activo em base individual, apurado no final do exercício de 2015, superior a trezentos mil milhões de Kwanzas;
- Bancos com valores mobiliários admitidos à cotação num mercado regulamentado;
- Bancos subsidiários de entidades com valores mobiliários admitidos à cotação num mercado regulamentado;
- Bancos subsidiários de entidades sedeadas no estrangeiro;
- Bancos sedeados no território nacional com subsidiárias sedeadas no estrangeiro; e
- Bancos subsidiários de Instituições sedeadas no território nacional que cumpram com algum dos critérios dispostos nas alíneas anteriores.

Figura 10 – Bancos que adoptaram as IAS/IFRS no exercício de 2016

Sigla	Designação
ATL	Banco Millennium Atlântico, S.A.
BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A.
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.
BCGA	Banco Caixa Geral de Angola, S.A.
BE ²	Banco Económico, S.A.
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A.
BIC	Banco BIC, S.A.
BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A.
BSOL	Banco Sol, S.A.
FNB	Finibanco Angola, S.A.
SBA	Standard Bank de Angola, S.A.
SCBA	Standard Chartered Bank de Angola, S.A.
VTB	Banco VTB África, S.A.

Figura 11 – Bancos que podem adoptar as IAS/IFRS até ao exercício de 2017

Sigla	Designação
BDA ¹	Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A.
BPC ¹	Banco de Poupança e Crédito, S.A.
BIR	Banco de Investimento Rural, S.A.
BCS	Banco de Crédito do Sul, S.A.
BKI	Banco Kwanza Invest, S.A.
BANC	Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.
KEVE	Banco Keve, S.A.
BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.
BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A.
BMF ¹	Banco BAI Micro Finanças, S.A.
BOCLB	Bank da China Limitada, Sucursal em Luanda
BMAIS	Banco Mais, S.A.
BPG	Banco Prestígio, S.A.
BPT	Banco Postal de Angola, S.A.
BVB	Banco Valor, S.A.
YETU	Banco Yetu, S.A.

¹ Estes Bancos cumpriam com pelo menos um dos critérios definidos pelo BNA para a adopção das IAS/IFRS no exercício de 2016, no entanto apresentaram as suas Demonstrações Financeiras no presente exercício de acordo com o CONTIF.

² O BE ainda não publicou as suas demonstrações financeiras relativas a 2016.

Neste contexto, os Bancos que em 31 de Dezembro de 2015 cumprissem com pelo menos um dos critérios acima descritos deveriam adoptar as IAS/IFRS no exercício de 2016, podendo os restantes Bancos adoptar aquelas normas até ao exercício de 2017. Face ao exposto, não seria expectável que todos os Bancos autorizados a operar no sector financeiro angolano reportassem a sua informação financeira referente ao exercício de 2016 de acordo com os princípios contabilísticos previstos nas IAS/IFRS.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, apresentamos de seguida uma listagem dos Bancos que adoptaram as IAS/IFRS no exercício de 2016 e dos Bancos que podem adoptar as IAS/IFRS até ao exercício de 2017.

Para os Bancos cujo reporte em IAS/IFRS ocorreu no exercício de 2016, foi necessária a realização de ajustamentos de transição originados pela aplicação inicial dos novos princípios contabilísticos, conforme definido na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS, implementada pela entrada em vigor do Instrutivo n.º 20/2016, de 06 de Setembro, que define que os Bancos devem divulgar nas primeiras demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS a seguinte informação:

- reconciliação entre os capitais próprios relatados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites anteriores e os capitais próprios de acordo com as IAS/IFRS, com referência:
 - à data do balanço de abertura de acordo com as IAS/IFRS; e
 - a 31 de Dezembro do ano anterior àquele em que procedam à adopção das IAS/IFRS.
- reconciliação do resultado integral segundo as IFRS para o exercício anterior àquele em que procedam à adopção das IAS/IFRS. A base desta reconciliação deve ser o resultado líquido do exercício apurado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites anteriores para o mesmo período.

Neste âmbito, iremos apresentar de seguida um resumo dos ajustamentos de transição apurados pelos Bancos sujeitos à adopção do novo referencial contabilístico no exercício, tendo por base os Relatórios e Contas respeitantes ao exercício de 2016 publicados pelos 12 Bancos:

Figura 12 – Reconciliação entre os capitais próprios relatados de acordo com o CONTIF e os capitais próprios de acordo com as IAS/IFRS (Balço de abertura)

Descrição	Total
Capital Próprio de acordo com o CONTIF	463.891.666
Imparidade para o crédito a clientes	(6.822.711)
Aplicação da taxa efectiva à carteira de títulos e valores mobiliários	140.621
Aplicação da taxa efectiva à carteira de crédito a clientes	(6.157.295)
Aplicação da taxa efectiva à carteira de depósitos a prazo de clientes	(571.632)
Aplicação da taxa efectiva a passivos subordinados	(47.178)
Anulação de itens de activos tangíveis e intangíveis não elegíveis para capitalização	(221.672)
Reclassificação do Fundo Social	(10.325)
Impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos de transição	3.626.184
Total dos ajustamentos reportados	(10.064.008)
Capital Próprio de acordo com as IAS/IFRS	453.827.658
Total dos ajustamentos como uma % do Capital Próprio de acordo com o CONTIF	-2,17%

(Valores expressos em milhares de kwanzas)

Fonte: Relatórios e Contas de 2016 dos Bancos que adoptaram as IAS/IFRS

Figura 13 – Reconciliação entre o resultado líquido do exercício de 2015 relatado de acordo com o CONTIF e o resultado líquido do exercício de acordo com as IAS/IFRS

Descrição	Total
Resultado Líquido do Exercício de acordo com o CONTIF	119.775.858
Imparidade para o crédito a clientes	(4.815.703)
Ajustamento resultante da reavaliação das OT's Indexadas ao USD	395.795
Aplicação da taxa efectiva à carteira de títulos e valores mobiliários	107.213
Aplicação da taxa efectiva à carteira de crédito a clientes	(1.927.543)
Aplicação da taxa efectiva à carteira de depósitos a prazo de clientes	(181.141)
Aplicação da taxa efectiva a passivos subordinados	(25.602)
Anulação de itens de activos tangíveis e intangíveis não elegíveis para capitalização	26.411
Anulação de reservas de reavaliação de activos tangíveis e intangíveis	(228.585)
Impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos de transição	1.533.684
Total dos ajustamentos reportados	(5.115.471)
Resultado Líquido do Exercício de acordo com as IAS/IFRS	114.660.387
Total dos ajustamentos como uma % do RLE de acordo com o CONTIF	-4,27%

(Valores expressos em milhares de kwanzas)

Fonte: Relatórios e Contas de 2016 dos Bancos que adoptaram as IAS/IFRS

De acordo com a informação disponível, a tipologia de ajustamento de transição mais significativa no sistema financeiro está relacionada com as perdas por imparidade no crédito a clientes, uma vez que a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e o Instrutivo n.º 05/2016, de 8 de Agosto, sobre perdas por imparidade para a carteira de crédito definiu que a carteira de crédito deverá estar sujeita a testes de imparidade, em substituição das provisões regulamentares determinadas de acordo com o Aviso n.º 12/2014, de 10 de Dezembro, sobre o processo de constituição de provisões. Esta alteração levou também a que os Bancos desenvolvessem metodologias de apuramento de perdas por imparidade, tendo como objectivo a avaliação regular da existência objectiva de imparidade, através da comparação do valor recuperável do crédito face ao seu valor registado no balanço. A aplicação retrospectiva desta realidade originou ajustamentos de transição negativos que ascenderam a 6.823 Milhões de Kwanzas de impacto nos capitais próprios com referência a 1 de Janeiro de 2015.

No que diz respeito aos ajustamentos de transição associados às perdas por imparidade para a carteira de crédito nos resultados líquidos do exercício de 2015 de acordo com o CONTIF e os resultados líquidos do exercício de acordo com as IAS/IFRS, os mesmos ascenderam a -4.816 Milhões de Kwanzas.

Com a adopção plena das IAS/IFRS, para além do conceito de imparidade na carteira de crédito a clientes, foi ainda introduzido o conceito da taxa de juro efectiva, o qual tem como objectivo o reconhecimento de rendimentos e gastos ao longo do período de vigência do respectivo activo ou passivo financeiro, incluindo no seu cálculo as comissões, custos de transacção e outros prémios e descontos elegíveis. Refira-se, no entanto, que uma parte significativa dos Bancos referiram nos seus Relatórios e Contas a impossibilidade de implementação em tempo útil de soluções informáticas para o cálculo dos rendimentos e gastos através do método da taxa de juro efectiva, tendo sido reportado que os ajustamentos têm por base o seu diferimento linear de acordo com o período remanescente dos activos ou passivos financeiros. Destaque para os impactos negativos da aplicação da taxa de juro efectiva à carteira de crédito a clientes, os quais ascenderam a 6.157 Milhões de Kwanzas nos capitais próprios dos Bancos que adoptaram as IAS/IFRS no exercício de 2016.

No que diz respeito aos ajustamentos de transição associados à aplicação da taxa de juro efectiva na

carteira de crédito a clientes nos resultados líquidos do exercício de 2015 de acordo com o CONTIF e o resultado líquido do exercício de acordo com as IAS/IFRS, destaca-se o impacto negativo que ascendeu a 1.928 Milhões de Kwanzas. Adicionalmente, registaram-se também ajustamentos de transição de montante menos significativo, na aplicação da taxa de juro efectiva relacionada com os títulos e valores mobiliários, os depósitos a prazo de clientes e passivos subordinados, os quais representaram um impacto líquido negativo de 100 Milhões de Kwanzas nos resultados líquidos do exercício de 2015 de acordo com o CONTIF.

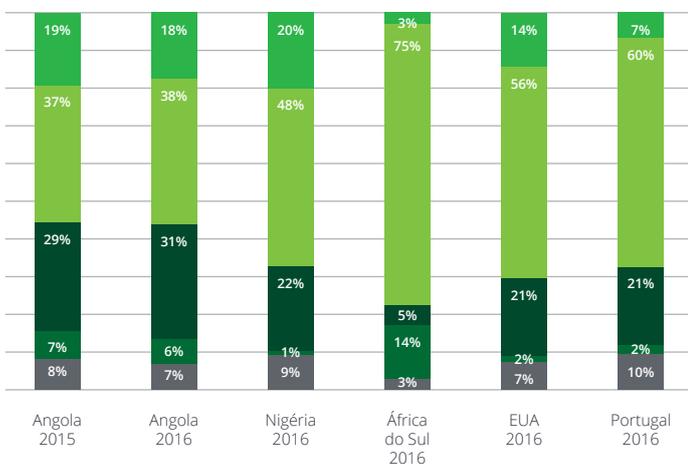
De forma global os ajustamentos de transição nos capitais próprios dos Bancos que adoptaram as IAS/IFRS no exercício de 2016 ascenderam a 10.064 Milhões de Kwanzas (-2,17% face aos capitais próprios relatados de acordo com o CONTIF). Relativamente aos ajustamentos de transição nos resultados líquidos do exercício de 2015, os mesmos totalizaram 5.115 Milhões de Kwanzas (-4,27% face aos resultados líquidos do exercício de 2015 relatados de acordo com o CONTIF).

Adicionalmente, de acordo com a informação disponível, entendemos que globalmente a avaliação do processo de introdução das novas regras contabilísticas é bastante positiva, num contexto em que era previsível que seria um processo exigente tanto para os Bancos, bem como para os outros actores relevantes, tais como o BNA e os auditores externos. Não obstante, existe ainda um caminho a percorrer, em áreas como a sistematização de processos e procedimentos, a actualização dos regulamentos internos e a conclusão dos investimentos em aplicações informáticas, nomeadamente em matérias relacionadas com as perdas por imparidade para a carteira de crédito e o método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros.

Relativamente ao processo de reconhecimento internacional, foi possível verificar que em Setembro de 2014, a *IFRS Foundation* publicou no seu sítio da internet o perfil de Angola no que concerne à adopção das IAS/IFRS, o qual foi entretanto actualizado em Setembro de 2015, o que se tratam de marcos muito relevantes neste processo.

Por último, importa destacar que o processo de adopção plena das IAS/IFRS não se esgota a partir do respectivo exercício de adopção e que constitui um desafio contínuo para todos os intervenientes do processo, sendo que estes deverão assegurar que os requisitos adoptados encontram-se em conformidade com o estabelecido pelo IASB, pelo BNA e pelas melhores práticas internacionais nestas matérias.

Figura 14 – Estrutura de Activos

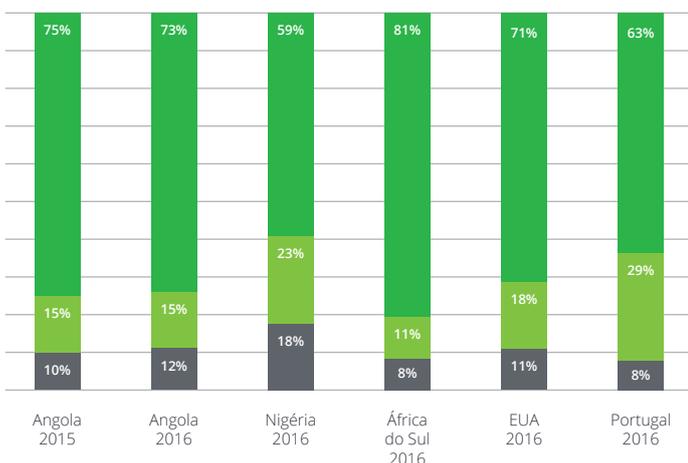


Legenda

- Caixa e disponibilidades
- Crédito sobre clientes
- Títulos e valores mobiliários
- Outros activos remunerados
- Outros valores

Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 15 – Estrutura de Funding



Legenda

- Depósitos de clientes
- Outros passivos
- Fundos próprios

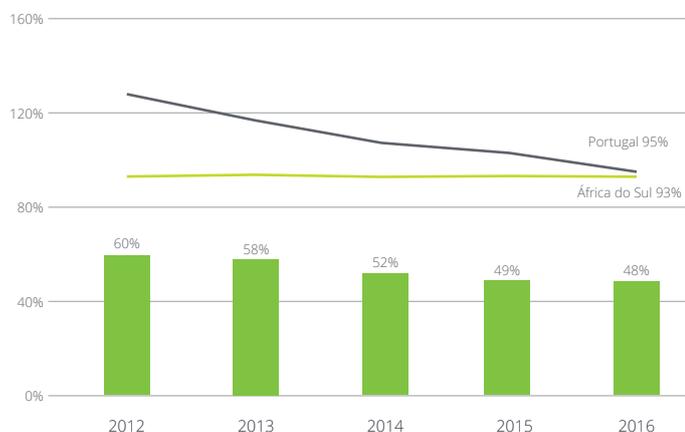
Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos

Estrutura de Activos Consolidada

Com base nas Demonstrações Financeiras disponíveis dos Bancos alvo deste Estudo, o peso do crédito sobre clientes na estrutura global de activos em 2016 foi de 38%, aumentando em relação a 2015. Adicionalmente, continua a verificar-se que o peso do crédito na estrutura global de activos fica aquém de valores registados em mercados mais maduros como a África do Sul ou os Estados Unidos da América.

Na estrutura de *funding* do activo as alterações foram pouco significativas, tendo-se verificado uma ligeira diminuição do peso dos depósitos de clientes, de 75% para 73%.

Figura 16 – Crédito Líquido sobre Depósitos



Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 17 – Ranking Total de Activos

2016			2015		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BPC	1 691 128	1	BPC	1 339 620
2	BAI	1 365 685	2	BFA	1 229 579
3	BFA	1 312 880	3	BAI	1 097 612
4	BIC	1 027 033	4	BIC	977 609
5	ATL	948 454	5	BPA	514 339
6	BSOL	396 783	6	BMA	342 914
7	SBA	367 805	7	SOL	327 719
8	BDA	322 953	8	BCGA	317 385
9	BCGA	313 252	9	BDA	301 826
10	BNI	258 806	10	SBA	298 412
11	BCI	184 527	11	BNI	234 296
12	KEVE	140 687	12	BRK	130 777
13	FNB	84 327	13	BCI	127 359
14	SCBA	48 135	14	FNB	83 285
15	BANC	46 358	15	BCA	46 845
16	BCA	43 920	16	BANC	39 105
17	VTB	40 158	17	SCBA	23 863
18	BVB	33 625	18	VTB	23 203
19	BCH	19 884	19	BVB	22 911
20	BPG	18 525	20	BCH	12 477
21	YETU	12 012	21	BPG	9 666
22	BCS	11 778	22	BMF	8 093
23	BMF	8 397	23	YETU	4 824
24	BIR	4 347	24	BCS	3 213
			25	BPAN	2 396
			26	BIR	1 469

Crédito Líquido sobre Depósitos

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em análise, apesar do aumento do crédito líquido em 2016, este não foi superior ao crescimento dos depósitos, o que levou a uma redução do rácio de transformação entre 2015 e 2016, em que assumiu os valores de 49% e 48%, respectivamente.

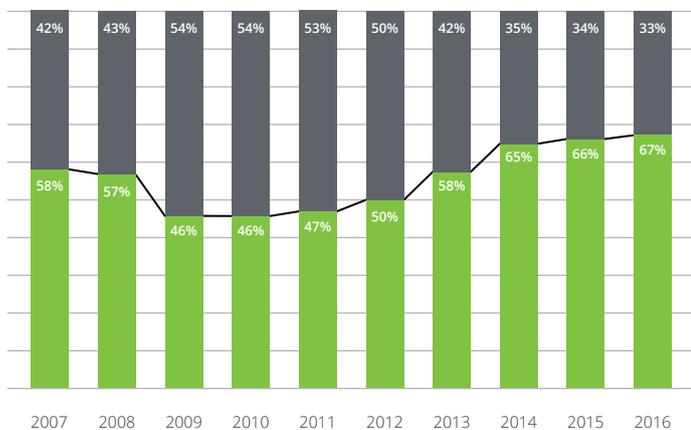
Activos Totais

O valor total dos activos das instituições financeiras em análise foi de cerca de 8.701.457 milhões de AKZ.

Na posição relativa entre os cinco maiores Bancos do mercado angolano, o BPC continua a liderar a lista com um activo total de 1.691.128 milhões de AKZ, seguido pelo BAI, BFA, BIC e ATL. Os cinco maiores Bancos representam 73% do total do activo dos Bancos em estudo e o seu activo registou um aumento de 23% face ao ano anterior.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em Milhões de AKZ)

Figura 18 – Estrutura de Depósitos por Moeda



Legenda

■ Moeda Nacional ■ Moeda Estrangeira

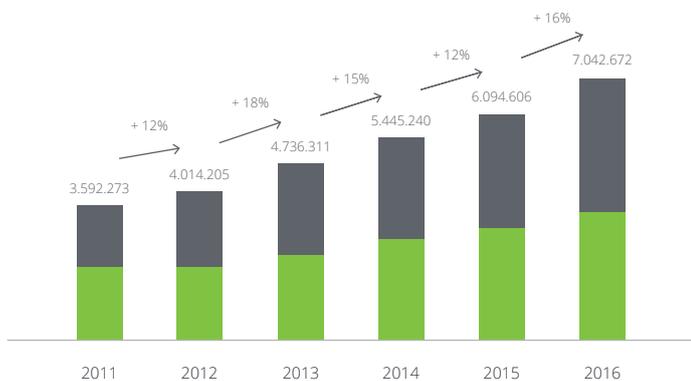
Fonte: Boletim Estatístico

Depósitos de Clientes

Visão Agregada

De acordo com dados do BNA, o peso dos depósitos em moeda nacional manteve a sua tendência de crescimento em detrimento da moeda estrangeira, passando a representar 67% dos depósitos totais.

Figura 19 – Volume dos Depósito dos Clientes



Legenda

■ Depósitos à ordem ■ Depósitos a prazo

Unidade: Milhões de AKZ

Fonte: Boletim Estatístico

De acordo com a informação disponibilizada pelo BNA, o valor total dos depósitos de clientes no sector bancário nacional era cerca de 7.042.672 milhões de AKZ no final de 2016, o que representa um crescimento de 16% face a 2015.

Figura 20 – Ranking Depósitos de Clientes

2016			2015		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	1 137 304	1	BFA	1 017 160
2	BFA	1 079 750	2	BAI	938 494
3	BPC	1 022 046	3	BPC	911 365
4	BIC	850 433	4	BIC	741 627
5	ATL	741 991	5	BPA	385 898
6	SBA	337 729	6	SOL	277 052
7	BSOL	289 039	7	SBA	275 781
8	BCGA	243 522	8	BMA	249 111
9	BNI	227 358	9	BCGA	236 953
10	BCI	101 211	10	BNI	154 219
11	KEVE	89 264	11	BRK	96 997
12	FNB	61 506	12	BCI	96 421
13	SCBA	41 567	13	FNB	61 005
14	BVB	28 987	14	BCA	36 758
15	BCA	28 120	15	SCBA	20 361
16	VTB	24 774	16	BVB	19 201
17	BANC	21 365	17	BANC	19 165
18	BCH	11 776	18	VTB	16 064
19	BPG	9 878	19	BMF	7 475
20	YETU	8 634	20	BCH	6 883
21	BMF	6 542	21	BPG	6 113
22	BCS	5 860	22	YETU	1 306
23	BIR	2 788	23	BCS	1 074
			24	BIR	299
			25	BPAN	6

Posição Relativa dos Bancos

No que respeita aos depósitos, a posição relativa entre os cinco maiores Bancos sofreu uma ligeira alteração, uma vez que o BAI passou a ser o Banco com mais depósitos captados, no total de 1.137.304 milhões de AKZ, seguido pelo BFA e BPC.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em Milhões de AKZ)

Figura 21 – Estrutura de Créditos por Moeda



Legenda

■ Moeda Nacional ■ Moeda Estrangeira

Fonte: Boletim Estatístico

Figura 22 – Rácio Crédito Vencido



* Bancos incluídos na análise: ATL, BAI, BIC, BFA, SOL, BRK, SBA, FNB, BVB, BCA, BCH e BPC

Fonte: Relatórios e Contas dos Bancos

Crédito

Visão Agregada

Considerando os Bancos analisados, o total de crédito líquido ascendeu a 3.061.971 milhões de AKZ³, o que representa um crescimento de 12% face a 2015.

A repartição do crédito por moeda nacional e estrangeira alterou ligeiramente a sua tendência de composição, tendo-se verificado um aumento de 5 p.p. no peso da moeda nacional entre 2015 e 2016.

De notar que os créditos contratados após Junho de 2011 que sejam indexados ou denominados em moeda estrangeira podem ser reembolsados pelos clientes em Kwanzas.

No que se refere ao rácio de crédito vencido, e de acordo com as demonstrações financeiras em análise, manteve-se praticamente constante face ao período homólogo anterior.

³Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 23 – Ranking Crédito Líquido a Clientes

2016			2015		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BPC	1 052 180	1	BPC	927 390
2	ATL	447 041	2	BAI	353 686
3	BAI	379 864	3	BIC	290 755
4	BIC	304 320	4	BPA	245 910
5	BFA	235 311	5	BFA	220 796
6	BSOL	189 006	6	BMA	133 519
7	BCGA	98 957	7	SOL	100 613
8	BNI	93 485	8	BNI	92 399
9	KEVE	58 102	9	BCGA	83 881
10	BCI	50 429	10	BDA	60 981
11	SBA	50 231	11	BRK	58 601
12	BDA	42 709	12	SBA	51 263
13	FNB	27 035	13	BCI	45 592
14	BANC	11 709	14	FNB	39 562
15	BCA	10 982	15	BANC	13 254
16	BVB	6 367	16	BCA	8 922
17	BCS	2 995	17	BVB	5 746
18	YETU	339	18	VTB	3 138
19	BMF	240	19	BMF	2 433
20	BCH	236	20	BCH	430
21	BPG	234	21	BIR	173
22	BIR	167	22	BPG	9
23	VTB	30			

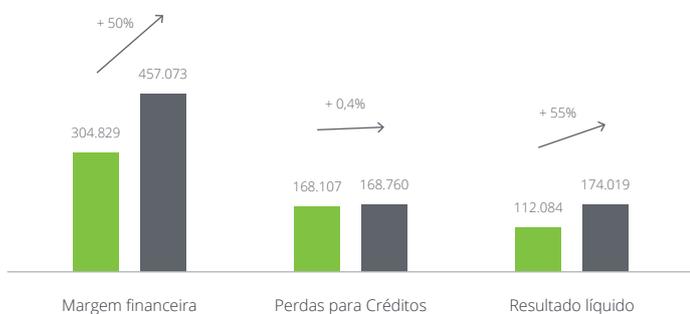
Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em Milhões de AKZ)

Posição Relativa dos Bancos

Em 2016, voltou a verificar-se uma ligeira alteração do posicionamento no grupo dos cinco Bancos com maior volume de crédito líquido concedido, tendo o ATL ultrapassado o BIC e o BAI, alcançando a 2ª posição do *ranking*.

⁴ Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 24 – Componentes do Resultado



Legenda

■ 2015 ■ 2016

Unidade: Milhões de AKZ

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 25 – Ranking Resultados Líquidos

2016			2015		
Ranking	Banco	Resultado	Ranking	Banco	Resultado
1	BFA	61 713	1	BFA	37 866
2	BAI	49 741	2	BIC	27 656
3	BIC	33 663	3	BAI	15 358
4	ATL	24 898	4	BPA	11 028
5	BCGA	12 372	5	BCGA	9 581
6	BSOL	9 223	6	BPC	8 289
7	SBA	7 878	7	SOL	7 496
8	VTB	3 811	8	BMA	6 760
9	BCA	3 144	9	SBA	5 238
10	BCH	2 652	10	BCH	2 211
11	KEVE	2 489	11	VTB	2 103
12	BMF	2 003	12	BCA	1 484
13	FNB	1 942	13	FNB	1 248
14	BNI	1 731	14	BNI	1 247
15	BVB	1 055	15	BRK	821
16	BCI	507	16	BVB	368
17	SCBA	181	17	BANC	220
18	BPG	36	18	YETU	-275
19	YETU	-326	19	BPG	-515
20	BCS	-373	20	SCBA	-530
21	BIR	-494	21	BCS	-547
22	BANC	-1 724	22	BPAN	-717
23	BDA	-12 604	23	BIR	-980
24	BPC	-29 499	24	BMF	-2 112
			25	BCI	-2 308
			26	BDA	-19 625

Resultados

Visão Agregada

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em estudo, a Margem Financeira no final de 2016 correspondia a 457.073 milhões de AKZ, o que corresponde a um aumento de 50% face a 2015. As dotações líquidas de perdas para crédito (provisões/imparidade) mantiveram-se constantes face a 2015, atingindo cerca de 168.760 milhões de AKZ, comparativamente aos 168.107 milhões de AKZ de 2015. O total do resultado líquido aumentou para cerca de 174.019 milhões de AKZ em 2016, o que representa um aumento de cerca de 55% face a 2015.

Posição Relativa dos Bancos

De acordo com as demonstrações financeiras disponibilizadas até à data, relativamente ao Resultado Líquido dos Bancos Comerciais, registaram-se pequenas mudanças nas posições dos cinco maiores Bancos face ao ano de 2015: BFA continuou a ser o Banco que reportou resultados mais elevados e o BAI ascendeu ao segundo lugar do ranking.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em Milhões de AKZ)

Figura 26 – Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	2016	2015	2014	2013	2012
Margem Financeira	6%	4%	4%	4%	4%
Retorno dos activos (ROAA)	2%	2%	2%	1%	1%
Taxa de Alavancagem	8,6	9,4	9,7	9,1	9,7
Retorno dos fundos próprios (ROAE)	19%	15%	14%	14%	14%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 27 – Rentabilidade dos Fundos Próprios Médios (ROAE)

2016			2015		
Ranking	Banco	ROAE	Ranking	Banco	ROAE
1	VTB	57%	1	BCH	63%
2	SBA	49%	2	VTB	57%
3	BCH	46%	3	SBA	48%
4	BFA	41%	4	SOL	36%
5	BCA	35%	5	BFA	33%
6	BSOL	35%	6	BIC	29%
7	BAI	34%	7	BCGA	23%
8	BIC	31%	8	BCA	22%
9	BVB	28%	9	BPA	21%
10	BCGA	26%	10	BMA	16%
11	ATL **	22%	11	BAI	13%
12	KEVE	19%	12	FNB	13%
13	FNB	17%	13	BVB	12%
14	BNI	9%	14	BPC	7%
15	SCBA	5%	15	BRK	7%
16	BCI	4%	16	BNI	6%
17	BPG	2%	17	BANC	4%
18	BCS	-11%	18	YETU *	-10%
19	YETU	-11%	19	SCBA	-17%
20	BPC	-19%	20	BPG *	-26%
21	BDA	-26%	21	BCS *	-28%
22	BANC	-36%	22	BPAN *	-39%
23	BIR	-39%	23	BDA	-53%
24	BMF	-326%	24	BIR *	-90%

* Bancos para os quais foi calculado o Retorno dos Fundos Próprios, em contrapartida do Retorno dos Fundos Próprios Médios, uma vez que iniciaram a sua actividade em 2015 ou, no caso do SCBA, em 2014.

** Dado que a entidade foi objecto de um processo de fusão em 2016, foi calculado o *Return on Equity* em contrapartida do *Return on Average Equity*.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em Milhões de AKZ)

Rentabilidade

Visão Agregada

No ano de 2016 e para o conjunto de bancos analisados, a Rentabilidade dos Fundos Próprios Médios (ROAE) situou-se em 19%.

Posição Relativa dos Bancos

No que respeita à Rentabilidade dos Fundos Próprios Médios (ROAE), existem quatro Bancos que apresentam um rácio superior a 40%.

Figura 28 – Indicadores de Eficiência

Indicadores de Eficiência	2016	2015	2014	2013	2012
<i>Cost to Income</i>	45%	45%	52%	52%	48%
Rácio de eficiência	2,2	2,2	1,9	1,9	2,1
Custos operacionais (% Activos)	4%	4%	3%	3%	3%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Eficiência

Visão Agregada

De acordo com a informação das demonstrações financeiras disponibilizadas até à data, e ao contrário da tendência crescente dos últimos anos, verificou-se uma redução do ciclo de crescimento do rácio de *Cost to Income* de 45% em 2015 para 44% em 2016, em resultado do aumento do peso da margem financeira neste indicador. Adicionalmente, em 2016, os custos operacionais dos Bancos em análise mantiveram-se.

Figura 29 – Cost to Income (%)

2016			2015		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BDA	9%	1	BDA	5%
2	BCH	21%	2	BCH	14%
3	VTB	29%	3	VTB	33%
4	BAI	32%	4	BFA	35%
5	BFA	32%	5	BAI	39%
6	BIC	34%	6	BCGA	40%
7	BCGA	38%	7	FNB	42%
8	FNB	45%	8	BIC	44%
9	BCA	46%	9	BMA	48%
10	KEVE	49%	10	BPA	49%
11	ATL	52%	11	BPC	53%
12	SBA	59%	12	BCA	55%
13	BNI	62%	13	BNI	63%
14	BVB	63%	14	SBA	63%
15	BSOL	63%	15	SOL	64%
16	BPC	65%	16	BRK	66%
17	BCI	71%	17	BANC	77%
18	SCBA	92%	18	BVB	83%
19	BPG	97%	19	BCI	104%
20	BCS	118%	20	SCBA	160%
21	YETU	122%	21	BMF	228%
22	BMF	181%			
23	BIR	264%			
24	BANC	25935%			

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em Milhões de AKZ)

Posição Relativa dos Bancos

Ao nível dos rácios de eficiência, mais de 67% dos Bancos para os quais existia informação em 2015 registaram um redução do seu rácio *Cost to Income*.

Conclusão

Em 2016, a economia angolana continuou a ser afectada pela crise do sector petrolífero. Contudo, tem-se verificado uma estabilização dos preços deste e nos últimos meses existem sinais positivos quanto à recuperação do crescimento económico mundial para os próximos anos. As previsões das principais organizações internacionais apontam também para uma diminuição da inflação, ainda que se deva manter em níveis elevados, e um gradual aumento da procura por crédito.

Relativamente ao sector bancário e fruto do aumento da literacia financeira da população, continua-se a verificar um aumento da utilização dos meios electrónicos de pagamento, criando novos desafios e oportunidades para os Bancos.

No âmbito da supervisão das Instituições Financeiras, iniciou-se no decorrer deste ano a obrigatoriedade de Reporte ao BNA do Novo Pacote Regulamentar. Este Pacote exige a prestação de informação sobre os riscos de Taxa de Juro, Liquidez, Mercado, Crédito e Operacional bem como Fundos Próprios Regulamentares e Limites Prudenciais aos Grandes Riscos. Estas novas exigências levantaram desafios para os bancos, nomeadamente no que concerne à extracção e tratamento de informação com a qualidade requerida e nos prazos estipulados pelo regulador. A submissão destes reportes permite à entidade supervisora obter um maior grau de conhecimento e controlo dos processos de gestão do risco das Instituições Financeiras Angolanas.

Adicionalmente, prevê-se que os Bancos angolanos mantenham como objectivo a melhoria dos processos de compliance, combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo. Perspectiva-se também que os Bancos mantenham o foco na criação de processos que permitam a gestão integrada e eficiente dos riscos associados à sua actividade.

Em termos fiscais, manteve-se em 2016 a continuidade da reforma tributária, sendo que os temas mais relevantes foram: (i) a Contribuição Especial Sobre as Operações Bancárias ("CESOB"), uma contribuição de carácter temporário aplicada sobre todas as operações realizadas entre 1 de Julho de 2016 e 31 de Dezembro de 2016, (ii) a adopção das IAS/IFRS que são hoje as normas-chave para as divulgações financeiras do sector bancário e (iii) no âmbito do cumprimento do regime do FATCA, os Bancos Comerciais tiveram até 31 de Julho de 2017, para submeter o primeiro reporte de informação de contas financeiras detidas por Pessoas dos EUA para a Administração Geral Tributária (AGT), referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

Demonstrações financeiras

Demonstrações Financeiras (IAS/IFRS)

Balanço dos Bancos 2016

Milhões de Kwanzas

	ATL	BAI	BCA	BCGA	BFA	BIC	BNI	BSOL	FNB	SBA	SCBA	VTB	TOTAL IAS/IFRS
Activo													
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	66 337	194 594	5 165	33 124	279 155	104 493	28 040	57 141	6 727	163 446	14 188	16 190	968 599
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14 567	24 934	5 367	11 874	38 031	8 671	7 520	37 576	3 753	23 995	5 660	11 546	193 495
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16 757	77 499	249	12 642	107 212	21 576	33 086	0	9 742	20 758	20 783	10 005	330 309
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	5 332	15 862	0	0	337 942	77 710	2 410	154	0	9 944	0	0	449 355
Activos financeiros disponíveis para venda	113 956	16 890	11 544	62	0	5 797	24	0	24	73 075	7 166	37	228 573
Investimentos detidos até à maturidade	167 825	550 167	0	143 182	258 740	472 554	64 722	75 729	26 853	20 310	0	1 751	1 781 832
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito a clientes	447 041	379 864	10 982	98 957	235 311	304 320	93 485	189 006	27 035	50 231	0	30	1 836 262
Activos não correntes detidos para venda	1 920	15 681	0	1 596	73	13 615	4 344	0	0	1 494	0	396	39 119
Outros activos tangíveis	60 678	49 260	5 648	8 878	19 264	12 205	15 531	28 330	9 784	2 211	154	132	212 076
Activos intangíveis	27 064	1 057	37	119	1 309	26	212	332	129	374	61	0	30 720
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	7 976	0	0	500	341	269	0	0	44	0	0	9 129
Activos por impostos correntes	762	1 507	0	221	18	0	234	0	0	100	32	0	2 875
Activos por impostos diferidos	308	2 852	60	1 404	1 178	0	3 107	884	26	388	17	0	10 224
Outros activos	25 906	27 543	4 869	1 193	34 147	5 727	5 824	7 629	253	1 434	73	70	114 669
TOTAL DO ACTIVO	948 454	1 365 685	43 920	313 252	1 312 880	1 027 033	258 806	396 783	84 327	367 805	48 134	40 158	6 207 238
Passivo													
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	60 683	19 208	2 606	3 496	3 446	32 403	4 343	60 520	4 473	708	510	160	192 556
Recursos de clientes e outros empréstimos	741 991	1 137 304	28 120	243 522	1 079 750	850 433	227 358	289 039	61 506	337 729	41 567	24 774	5 063 092
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0	0	9 731	0	0	0	0	9 731
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	1 511	0	0	0	0	0	0	0	1 511
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões	6 416	7 689	0	2 046	4 676	5 538	215	3 124	248	402	0	31	30 384
Passivos por impostos correntes	858	0	930	958	4 353	0	0	590	275	494	0	1 604	10 061
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	799	0	0	0	0	0	0	799
Passivos subordinados	4 291	0	0	0	0	0	7 901	741	5 066	5 045	0	0	23 045
Outros passivos	18 718	33 994	1 861	11 856	46 123	24 892	2 409	3 384	565	4 792	1 455	5 013	155 063
TOTAL DO PASSIVO	832 957	1 198 195	33 517	261 879	1 139 858	914 064	242 226	367 130	72 133	349 171	43 533	31 582	5 486 243
Fundos próprios													
Capital Social	53 822	14 815	2 583	9 377	3 973	3 000	14 643	5 000	4 182	9 530	6 476	1 400	128 800
Prémios de emissão	34 810	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34 810
(-) Acções próprias	-492	0	0	0	0	0	-1 072	0	0	0	0	0	-1 564
Outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas de reavaliação	581	0	-140	577	1 254	7 674	-918	301	0	-2 811	-40	0	6 478
Outras reservas e resultados transitados	9 739	102 934	4 817	29 048	106 082	68 633	2 197	15 128	6 071	4 036	-2 015	3 365	350 036
(-) Dividendos antecipados	-7 860	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-7 860
Resultado líquido do exercício	24 898	49 741	3 144	12 372	61 713	33 663	1 731	9 223	1 942	7 878	181	3 811	210 295
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS	115 498	167 490	10 403	51 374	173 022	112 969	16 580	29 653	12 194	18 633	4 602	8 576	720 995
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	948 454	1 365 685	43 920	313 252	1 312 880	1 027 033	258 806	396 783	84 327	367 805	48 134	40 158	6 207 238

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstração de Resultados 2016

Milhões de Kwanzas

	ATL	BAI	BCA	BCGA	BFA	BIC	BNI	BSOL	FNB	SBA	SCBA	VTB	TOTAL IAS/IFRS
1. Juros e rendimentos similares	77 003	91 932	3 972	26 147	84 245	82 644	16 696	44 955	8 030	19 738	2 227	953	458 542
2. (-) Juros e encargos similares	-21 532	-20 860	-277	-4 968	-17 028	-24 777	-7 282	-13 652	-2 826	-3 593	-188	-106	-117 091
3. Margem Financeira (1+2)	55 471	71 073	3 695	21 178	67 217	57 867	9 414	31 302	5 204	16 145	2 039	847	341 451
4. Rendimentos de instrumentos de capital	0	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49
5. Rendimentos de serviços e comissões	12 128	11 214	1 877	4 035	10 784	6 552	2 685	7 543	1 157	3 828	72	6 069	67 943
6. (-) Encargos com serviços e comissões	-1 037	-1 533	-52	-396	-2 174	-1 116	-505	-724	-72	-607	-68	-30	-8 313
7. Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	593	2 693	0	0	4 356	0	18	0	0	202	0	0	7 863
8. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8 910	0	0	0	0	0	0	0	0	56	0	0	8 966
9. Resultados de investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10. Resultados em outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11. Resultados cambiais	12 010	17 864	1 996	675	17 774	26 853	5 938	108	1 627	3 822	587	808	90 063
12. Resultados de alienação de outros activos	0	-67	0	-26	8	125	18	0	1	0	0	0	60
13. Outros resultados de exploração	-3 862	-5 649	-133	776	-1 278	-1 532	325	-632	-452	-1 358	-208	-109	-14 111
14. Produto da actividade bancária (3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)	84 214	95 644	7 383	26 244	96 688	88 749	17 893	37 596	7 465	22 088	2 422	7 585	493 972
15. (-) Custos com o pessoal	-20 568	-14 405	-1 511	-5 345	-16 929	-16 644	-4 460	-7 284	-1 446	-8 061	-713	-1 457	-98 824
16. (-) Fornecimentos e serviços de terceiros	-19 117	-12 732	-1 567	-3 790	-11 651	-12 817	-5 342	-14 512	-1 539	-4 264	-1 389	-669	-89 390
17. (-) Depreciações e amortizações do exercício	-3 988	-3 431	-284	-864	-2 372	-842	-1 269	-2 067	-273	-602	-132	-40	-16 164
18. (-) Provisões líquidas de anulações	-4 314	1 307	76	433	-890	-686	908	-759	-171	5	1	9	-4 081
19. Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	-10 668	-16 231	-24	-2 899	-2 774	-22 314	-4 157	-3 405	-1 775	-835	0	9	-65 072
20. Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-9	715	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	711
21. Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	0	-60	0	0	0	0	-2 178	0	0	0	0	-18	-2 256
22. Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	-33	0	0	0	0	0	0	-33
23. Resultado na posição monetária líquida	0	0	0	0	0	-13	0	0	0	0	0	0	-13
24. Resultados antes de imposto de operações em continuação (14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24)	25 549	50 807	4 074	13 779	62 072	35 400	1 396	9 570	2 262	8 336	189	5 419	218 852
25. Impostos sobre os resultados correntes	-687	0	-930	-1 541	-789	-1 737	32	-424	-405	0	-8	-1 616	-8 103
26. Impostos sobre os resultados diferidos	36	-1 066	0	133	429	0	303	77	85	-458	0	0	-461
27. Resultado após impostos de operações em continuação (25+26+27)	24 898	49 741	3 144	12 372	61 713	33 663	1 731	9 223	1 942	7 878	181	3 803	210 288
28. Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
29. Resultado líquido do exercício (28+29)	24 898	49 741	3 144	12 372	61 713	33 663	1 731	9 223	1 942	7 878	181	3 811	210 295

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstrações Financeiras (CONTIF)

Balanço dos Bancos 2016

Milhões de Kwanzas

	BANC	BCH	BCI	BCS	BDA	BIR	BMF	BPC	BPG	BVB	KEVE	YETU	TOTAL CONTIF
Activo													
Disponibilidades	9 318	9 143	33 009	3 323	20 456	2 296	3 077	114 906	3 012	12 132	16 773	2 468	229 912
Aplicações de Liquidez	24	0	7 597	401	147 621	0	0	53 222	8 823	716	5 227	1 848	225 478
Títulos e Valores Mobiliários	684	9 630	66 916	1 946	101 755	1 187	4 439	164 523	5 916	9 374	50 168	5 740	422 278
Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos no Sistema de Pagamentos	6	31	231	0	0	0	0	104 416	0	1	393	0	105 077
Operações Cambiais	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Créditos	11 709	236	50 429	2 995	42 709	167	240	1 052 180	234	6 367	58 102	339	1 225 708
Outros Valores	8 028	54	17 850	113	513	373	64	76 256	77	3 856	3 357	72	110 613
Inventários Comerciais e Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações	16 589	790	8 495	2 999	9 899	321	576	125 625	464	1 179	6 668	1 545	175 148
TOTAL DO ACTIVO	46 358	19 884	184 527	11 778	322 953	4 347	8 397	1 691 128	18 525	33 625	140 687	12 012	2 494 219
Passivo													
Depósitos	21 365	11 776	101 211	5 860	0	2 788	6 542	1 022 046	9 878	28 987	89 264	8 634	1 308 352
Captação para Liquidez	18 259	0	40 115	0	0	0	0	322 982	1 842	0	1 011	0	384 210
Captações com Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações no Sistema de Pagamentos	399	8	1 147	4	0	5	0	91 191	3	36	524	29	93 346
Operações Cambiais	0	0	0	0	0	47	0	9 261	4 680	0	27 724	0	41 712
Outras Captações	0	0	11 050	0	264 276	0	908	42 637	0	0	3 555	0	322 427
Adiantamentos de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores Comerciais e Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Obrigações	2 566	1 057	11 022	741	2 758	31	246	20 250	93	123	1 816	333	41 035
Provisões	16	22	2 625	93	340	0	198	10 833	7	138	2 157	17	16 446
TOTAL DO PASSIVO	42 606	12 863	167 170	6 697	267 374	2 870	7 895	1 519 200	16 504	29 284	126 050	9 012	2 207 527
Fundos próprios													
Capital	4 346	3 000	6 894	6 000	91 082	2 950	5 335	67 672	2 500	9 262	4 000	3 590	206 631
Reserva de Actualização Monetária do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0	67 500	0	0	0	0	67 500
Reservas e Fundos	1 220	236	21 329	0	756	0	127	65 720	0	37	8 003	0	97 429
Resultados Potenciais	0	0	0	0	0	0	0	346	0	0	37	10	393
Resultados Transitados	-90	1 133	-11 374	-547	-23 656	-980	-6 964	0	0	-6 014	108	-275	-48 658
(-) Dividendos Antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado da Alteração de Critérios Contabilísticos	0	0	0	0	0	0	0	188	0	0	0	0	188
(-) Acções ou Quotas Próprias em Tesourarias	0	0	0	0	0	0	0	0	-515	0	0	0	-515
Resultado do Exercício	-1 724	2 652	507	-373	-12 604	-494	2 003	-29 499	36	1 055	2 489	-326	-36 276
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS	3 752	7 021	17 356	5 081	55 579	1 476	502	171 927	2 021	4 340	14 637	3 000	286 692
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	46 358	19 884	184 527	11 778	322 953	4 347	8 397	1 691 128	18 525	33 625	140 687	12 012	2 494 219

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstração de Resultados 2016

Milhões de Kwanzas

	BANC	BCH	BCI	BCS	BDA	BIR	BMF	BPC	BPG	BVB	KEVE	YETU	TOTAL CONTIF
1. Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	1 097	1 209	10 201	660	23 397	70	389	154 544	1 442	2 266	12 617	646	208 539
2. (-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	-2 649	-177	-2 637	-151	-8 658	-4	-203	-76 035	-246	-209	-1 908	-40	-92 917
3. Margem Financeira (1+2)	-1 552	1 033	7 565	508	14 739	66	186	78 509	1 196	2 057	10 709	606	115 622
4. Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	-3	0	0	0	-168	0	0	9 929	88	0	5 313	-26	15 135
5. Resultados de Operações Cambiais	1 436	681	4 805	350	39 531	111	415	2 995	328	727	1 929	422	53 729
6. Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	134	2 468	4 475	328	4 256	121	148	19 108	82	1 139	3 510	363	36 132
7. (-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	-1 098	252	-4 216	-143	-65 703	0	1 914	-26 138	-2	-809	-7 742	-3	-103 689
8. Resultados Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Resultados de intermediação financeira (3+4+5+6+7+8)	-1 082	4 434	12 628	1 044	-7 345	299	2 663	84 403	1 692	3 114	13 720	1 361	116 930
10. (-) Custos Administrativos e de Comercialização	-4 041	-861	-11 955	-1 403	-5 188	-788	-1 357	-71 842	-1 634	-2 473	-10 523	-1 664	-113 731
11. (-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	3	-22	-963	-1	-24	0	-198	-46 567	-7	-105	0	-15	-47 897
12. Resultados de Imobilizações Financeiras	0	0	-18	0	20	0	0	-1 531	0	0	0	0	-1 529
13. Outros Proveitos e Custos Operacionais	-101	72	410	-11	0	0	-23	-1 546	5	0	1	0	-1 192
14. Outros Proveitos e Custos Operacionais (10+11+12+13)	-4 138	-811	-12 526	-1 414	-5 192	-788	-1 578	-121 486	-1 636	-2 578	-10 522	-1 679	-164 349
15. Resultado da Actualização Monetária Patrimonial	3 469	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 469
16. Resultado Operacional (9+14+15)	-1 752	3 623	102	-371	-12 538	-490	1 086	-37 083	56	536	3 198	-317	-43 951
17. Resultado não Operacional	28	-25	405	-2	-66	-4	918	7 584	-20	520	-627	-9	8 703
18. Resultado antes dos Impostos e outros Encargos (16+17)	-1 724	3 598	507	-373	-12 604	-494	2 003	-29 499	36	1 055	2 571	-326	-35 248
19. (-) Encargos sobre o Resultado Corrente	0	-946	0	0	0	0	0	0	0	0	-82	0	-1 028
20. Resultado do Exercício (18+19)	-1 724	2 652	507	-373	-12 604	-494	2 003	-29 499	36	1 055	2 489	-326	-36 276

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Deloitte.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes.

Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about

© 2017. Para informações, contacte Deloitte & Touche Auditores, Limitada.